

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DA
COOPERATIVA DOS ESTUDANTES DE SANTA
MARIA – CESMA – UM ESTUDO DE CASO**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**Joseana Colares Pergher
Marta Lisandra Machado**

Santa Maria, RS, Brasil

2011

**ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DA COOPERATIVA
DOS ESTUDANTES DE SANTA MARIA – CESMA –
UM ESTUDO DE CASO**

**Joseana Colares Pergher
Marta Lisandra Machado**

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharel em Ciências Contábeis**.

Orientador: Prof^o. Ms. Luiz Antonio Rossi de Freitas

Santa Maria, RS, Brasil

2011

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Curso de Ciências Contábeis**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Contábeis.

**ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DA COOPERATIVA DOS
ESTUDANTES DE SANTA MARIA – CESMA – UM ESTUDO DE CASO**

Elaborado por
**Joseana Colares Pergher
Marta Lisandra Machado**

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Contábeis.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Luiz Antonio Rossi de Freitas, Ms. (UFSM)
(Presidente/ Orientador)

Sérgio Rossi Madruga
(membro)

Sidenei Caldeira
(membro)

Santa Maria, novembro de 2011.

Dedico este trabalho aos meus pais pelo exemplo de vida e ao meu namorado pela dedicação e amor, em todos os momentos desta caminhada.

Joseana

Dedico este trabalho aos meus pais, ao meu marido e amigos que de muitas formas me incentivaram e ajudaram para que fosse possível mais esta conquista.

Marta

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, José Antônio e Graciana, pela educação proporcionada e por me guiarem pelos caminhos corretos.

Ao meu namorado, Mateus, pelo carinho, amor, companheirismo, felicidade e por sempre me apoiar em todos os momentos.

A minha amiga e colega Marta, pela força, amizade e por trabalhar junto comigo neste estudo.

Aos professores do Curso de Ciências Contábeis, que contribuíram com seus ensinamentos para minha formação profissional.

Ao orientador Prof. Luiz Antonio Rossi de Freitas, por seus ensinamentos, pelo empenho e pela paciência ao longo das orientações.

A Deus, por ter iluminando meu caminho para a realização deste trabalho.

À Cooperativa dos Estudantes de Santa Maria por disponibilizar dados fundamentais de pesquisa e contribuir para o enriquecimento deste estudo.

A minha amiga Luciana por me dar energia e força com suas aulas de *jump*.

Aos amigos e colegas da faculdade, que de alguma forma contribuíram ao longo desta caminhada.

Joseana

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Alcides e Edi, pelo amor incondicional e por respeitarem minhas decisões.

Ao meu marido Jordão, pelo carinho, compreensão e por dividir todos os momentos comigo, bons e ruins.

A minha amiga e colega Joseana, que dividiu o trabalho comigo e me deu força para continuar, muito obrigada.

Aos professores do Curso de Ciências Contábeis, que contribuíram com sua sabedoria para minha formação profissional.

Ao orientador Prof. Luiz Antonio Rossi de Freitas, pelo empenho, paciência e credibilidade, obrigada por tudo.

A Deus, por ter iluminando meu caminho para a realização deste trabalho.

À CESMA, que foi acolhedora e sempre proporcionou todo o material necessário para a realização deste trabalho.

Marta

RESUMO

Trabalho de Conclusão
Curso de Ciências Contábeis
Universidade Federal de Santa Maria

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DA COOPERATIVA DOS ESTUDANTES DE SANTA MARIA – CESMA – UM ESTUDO DE CASO

AUTORAS: JOSEANA COLARES PERGHER

MARTA LISANDRA MACHADO

ORIENTADOR: LUIZ ANTONIO ROSSI DE FREITAS

Data e Local da Defesa: Santa Maria, novembro de 2011.

Esse trabalho trata-se de um estudo sobre Cooperativa dos Estudantes de Santa Maria (CESMA), fundada em 1978, por um grupo de estudantes. As sociedades cooperativas são instituições que visam à cultura, a inclusão social e a democracia, contribuindo de forma significativa para o crescimento da nação. O estudo tem como objetivo a análise do efeito de mudança de sede sobre o desempenho econômico financeiro de uma cooperativa, no período de 2003 a 2010, para isso utilizou-se os indicadores econômico-financeiros, demonstrativos contábeis e a situação em relação à nova sede inaugurada em 2005. A metodologia utilizada foi pesquisa exploratória, com uma abordagem quantitativa por abranger cálculos e avaliação de indicadores econômicos e financeiros, baseada nos dados encontrados na CESMA. Os resultados obtidos indicam que a organização não melhorou o desempenho e sim ofereceu maiores benefícios aos sócios, e estes não são mensuráveis através de indicadores econômico-financeiros. Com isso, visa contribuir com a gestão da organização, através do conhecimento acadêmico, fazendo a integração entre a universidade e a organização.

Palavras chaves: Cooperativa. Desempenho. Indicadores. Livrarias. CESMA.

LISTA DE ANEXOS

Anexo A – Balanços patrimoniais, exercícios 2003 até 2010	61
Anexo B – Demonstrativos de resultados, exercícios 2003 até 2010.....	62
Anexo C – Análise Vertical dos balanços patrimoniais dos períodos 2003 até 2010	63
Anexo D – Análise Vertical dos demonstrativos de resultado dos períodos de 2003 até 2006	64
Anexo E – Análise Vertical dos demonstrativos de resultado dos períodos de 2007 até 2010	65
Anexo F – Cálculos dos indicadores, períodos de 2003 até 2010.....	66
Anexo G – Número de sócios dos períodos 2003 até 2010	67
Anexo H – Número de funcionários dos períodos de 2003 até 2010	67

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estrutura básica do Balanço Patrimonial	22
Quadro 2 – Estrutura básica da DRE	26
Quadro 3 – Indicadores econômico-financeiros	30

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Comportamento dos investimentos no período de 2003 a 2010.....	46
Gráfico 2 – Comportamento do ativo imobilizado no período de 2003 a 2010.....	47
Gráfico 3 – Comportamento do capital social no período de 2003 a 2010.....	48
Gráfico 4 – Comportamento das despesas com pessoal no período de 2003 a 2010	50
Gráfico 5 – Comportamento das sobras líquidas no período de 2003 a 2010	51

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 Introdução à Contabilidade Geral	14
2.1.1 Objeto de estudo da Contabilidade	14
2.1.2 Usuários da Informação Contábil	15
2.1.3 A Contabilidade e sua relevância	16
2.1.4 Os princípios de contabilidade	17
2.2 A Estrutura dos Demonstrativos	19
2.2.1 Balanço Patrimonial	19
2.2.1.1 Ativo	19
2.2.1.2 Passivo	21
2.2.1.3 Patrimônio Líquido.....	21
2.2.2 Demonstrativo de Resultado	22
2.2.2.1 Receitas	23
2.2.2.2 Deduções	23
2.2.2.3 Custo da Mercadoria Vendida ou Serviço Prestado	23
2.2.2.4 Despesas	24
2.2.2.5 Outras despesas e outras receitas.....	24
2.2.2.6 Provisões para CSLL e o Imposto de Renda	24
2.2.2.7 Resultado do Período.....	25
2.2.2.8 Participação nos lucros	25
2.3 Análise das demonstrações financeiras	26
2.3.1 Métodos de análise	28
2.3.1.1 Análise Vertical.....	28
2.3.1.2 Análise Horizontal.....	28
2.3.1.3 Indicadores Financeiros	29
2.3.1.3.1 Liquidez	31
2.3.1.3.2 Atividade.....	31
2.3.1.3.3 Endividamento.....	32
2.3.1.3.4 Lucratividade	33
2.3.1.3.5 Rentabilidade	33
2.4 As sociedades cooperativas	34
2.4.1 As sociedades cooperativas e a contabilidade.....	36
2.4.1.1 A contabilidade de empresas mercantis e das sociedades cooperativas.....	37
3 METODOLOGIA	40
4 O CASO DA CESMA	43
4.1 O investimento na nova sede	45
4.2 Análise dos demonstrativos no período	45
4.3 Análise dos indicadores financeiros	52
5 CONCLUSÃO	55
REFERÊNCIAS	57
ANEXOS	60

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema a análise do efeito de mudança de sede sobre o desempenho econômico-financeiro de uma empresa do terceiro setor. O estudo procura avaliar o desempenho econômico financeiro da Cooperativa dos Estudantes de Santa Maria – CESMA – no período de 2003 até 2010, bem como os efeitos da mudança de sede em 2005.

A empresa, em estudo, tem como objeto a comercialização de livros, de material escolar e a locação de DVDs. Visando ampliar o negócio para oferecer maior variedade de produtos e serviços, organizou-se para mudar de sede em 2005. Com base nisso, questiona-se sobre os efeitos da mudança no desempenho econômico da organização.

Em um contexto histórico, as cooperativas surgiram para prestar serviços de baixo custo a seus associados. Para Ricciard e Lemos (2000), o cooperativismo consiste na ajuda mútua entre pessoas, em determinados grupos, para atender a interesses comuns; com isso, observa-se que as cooperativas almejam solucionar os problemas econômicos por meio da solidariedade humana.

A primeira cooperativa moderna surgiu no século XVIII, em Manchester (Inglaterra). Denominava-se Sociedade dos Probos de Rochdale, com apenas 28 operários. Em sua maioria, eram tecelões, que, diante dos baixos salários e das longas jornadas de trabalho, buscavam novas formas de se organizarem economicamente sem deixar de lado seus costumes e tradições.

Atualmente, no País, as cooperativas possuem legislação específica, são regulamentadas pela Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971, a qual instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas.

Diferentemente de uma sociedade mercantil, que é uma associação de capital, a cooperativa é uma associação de pessoas, a qual tem por objetivo a prestação de serviços e não o lucro.

Diante disso, o objetivo do trabalho será a análise do efeito de mudança de sede sobre o desempenho econômico-financeiro de uma cooperativa, no período de 2003 a 2010.

O presente trabalho de pesquisa objetiva, em caráter amplo, contribuir com a gestão da organização através do conhecimento acadêmico, fazendo a integração entre a universidade e a empresa. Como objetivos específicos, intenciona-se:

- a) Analisar os balanços patrimoniais e demonstrativos de resultado da CESMA de 2003 até 2010;
- b) Calcular os indicadores econômicos e financeiros;
- c) Avaliar o comportamento dos indicadores ao longo do período;
- d) Identificar o investimento da nova sede;
- e) Identificar o resultado deste investimento sobre os indicadores;
- f) Apresentar à cooperativa CESMA resultados que possam contribuir com a gestão da organização.

O estudo está organizado em cinco capítulos para melhor apresentação e entendimento do assunto. No capítulo 1, encontra-se a introdução, onde constam o tema, os objetivos e uma breve descrição do contexto trabalho.

O capítulo 2 apresenta a base teórica, onde estão noções de contabilidade, os usuários da informação, estrutura de demonstrativos, formas de análise financeira e sociedades cooperativas.

O capítulo 3 descreve a metodologia do trabalho, onde está a classificação da pesquisa e os métodos utilizados em sua realização.

O capítulo 4 relata o caso da CESMA, os demonstrativos, os indicadores e o investimento na nova sede com base na teoria estudada e os dados avaliados.

O capítulo 5 apresenta a conclusão do estudo com as respostas para os questionamentos pertinentes ao trabalho e suas contribuições para a gestão da sociedade cooperativa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesse capítulo, busca-se resgatar a teoria que serviu de suporte ao trabalho para realização das análises, apresentando-se uma breve introdução de contabilidade geral, os princípios de contabilidade, a estrutura dos demonstrativos, os indicadores financeiros e as sociedades cooperativas.

2.1 Introdução à Contabilidade Geral

A contabilidade surgiu da necessidade que o Homem tinha de controlar o comércio e as riquezas, a partir da criação da propriedade individual. Essa realidade, aos poucos, foi evoluindo e se espalhando por todos os continentes. Foi impulsionada pelo capitalismo, tendo, com isso, uma potencialização de sua utilização.

Franco (1997, p. 21) descreve que a Contabilidade “é a ciência que estuda os fenômenos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a classificação, a demonstração expositiva, a análise e a interpretação desses fatos”. Nesse sentido, a contabilidade está presente desde a busca pelos dados até sua interpretação final.

Para Sá (1998, p. 42), “Contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupando-se com realidades, evidências e comportamentos dos mesmos, em relação à eficácia das células sociais”. A partir disso, pode-se constatar que a Contabilidade é uma ciência que estuda o patrimônio das entidades e analisa suas modificações ao longo do tempo.

2.1.1 Objeto de estudo da Contabilidade

A contabilidade tem como objeto de estudo o patrimônio das entidades. Assim define Franco (1997, p. 19): “é o patrimônio e seu campo de aplicação o das entidades econômico-administrativas”. Este consiste como o conjunto de bens, direitos e obrigações para com terceiros, pertencente a uma pessoa física ou jurídica, sociedade ou instituição de qualquer natureza.

O exercício da contabilidade tem como objetivo fornecer informações sobre a situação patrimonial da entidade, controlar o patrimônio e apurar o resultado. Como menciona Ludícibus (2009, p. 7), “o objetivo básico da contabilidade, portanto, pode ser resumido no fornecimento de informações econômicas para os vários usuários, de forma que propiciem decisões racionais”.

Para Sá (1998, p. 89), a finalidade da contabilidade é mais diversificada consistindo em:

orientação para investidores e para o mercado de capitais. Orientação para credores e instituições de crédito. Orientações sociais e trabalhistas. Análises científicas para modelos de comportamento da riqueza para ensejar decisões administrativas. Modelos para a prosperidade. Controles governamentais de fiscalização e auditoria fiscal. Instrumentos de provas judiciais e perícia contábil.

O autor descreve as várias finalidades da contabilidade e seu amplo campo de atuação desde empresas, bancos e até mesmo o governo. Através dessa ferramenta, pode-se definir o bom andamento de uma sociedade empresarial, não ficando fora disso as entidades do terceiro setor, como é o caso da já referida CESMA, objeto de estudo deste trabalho.

2.1.2 Usuários da Informação Contábil

Os usuários dos dados contábeis são os administradores, os investidores, o governo, as instituições financeiras, os fornecedores e os clientes. A informação gerada deve estar de acordo com as necessidades de cada usuário, conforme Ludícibus (2009). Cada grupo de usuários utiliza as informações de modo que seja mais proveitoso para a sua atividade ou situação encontrada, certamente, respeitando-se aos preceitos das legislações que regem os sistemas da contabilidade.

Para os administradores, a informação contábil tem valor ao ponto que orienta na tomada de decisão como um instrumento gerencial. Para os investidores, é através das informações geradas pela contabilidade que se pode escolher em qual empresa investir com segurança visualizando qual empresa dará resultado financeiro satisfatório para seus investimentos.

Para o governo, as informações consistem em uma forma de avaliar o quanto de retorno para a arrecadação a empresa lhes proporcionará, através do pagamento de tributos sobre a manutenção de sua atividade. Nesse contexto, as informações contábeis são úteis, também, para fins de auditoria fiscal.

Para as instituições financeiras, as informações proporcionam oportunidades de negócios à medida que mostram o grau de endividamento das empresas. Com base nisso, as instituições avaliam riscos e têm então a possibilidade de oferecer linhas de crédito.

Os fornecedores podem, através das informações, saber se a empresa tem fluxo de caixa suficiente para suprir seus compromissos. Os clientes podem observar, nas informações apresentadas, se a empresa tem estrutura suficiente para atender a demanda de suas necessidades, seja por mercadorias, produtos ou serviços.

Conforme Ludícibus (2009, p. 6), “os vários tipos de usuários estão mais interessados em fluxos futuros, de renda ou de caixa, do que propriamente em dados do passado”. Querem, através das informações contábeis, projetar o futuro da empresa e suas estratégias de ação.

2.1.3 A Contabilidade e sua relevância

A contabilidade vem se destacando no cenário mundial, por ser um instrumento relevante para análise dos resultados econômicos e financeiros das organizações. Está sendo padronizada internacionalmente, a fim de que seus dados sejam compreendidos em qualquer país, pois será utilizado o mesmo critério contábil para todos. Tudo isso está se concretizando em virtude das empresas multinacionais terem sedes em países diversos; em face dessa nova realidade, instituíram-se a lei 11.638/2007 e a lei 11.941/2009, as quais vieram para unificar as demonstrações contábeis no Brasil e no mundo favorecendo na compreensão das informações existentes.

Segundo Franco (1997, p. 20), “a Contabilidade desempenha, em qualquer organismo econômico, o mesmo papel que a história, na vida da humanidade”. A contabilidade tem grande relevância para os negócios, de modo que através de suas informações, pode ajudar a direcionar os rumos da empresa.

2.1.4 Os princípios de contabilidade

Para estudar o patrimônio da entidade, a Contabilidade baseia-se em princípios. No Brasil, os princípios são dispostos através da Resolução 750 de 29 de dezembro de 1993 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Até 2010, eram chamados de Princípios Fundamentais de Contabilidade e, a partir da Resolução nº 1.282 de 28 de maio de 2010 do CFC, passaram a ser apenas Princípios de Contabilidade visando padronizar a contabilidade brasileira com as normas internacionais e melhor entendimento dos usuários das informações.

Os princípios são fatores que norteiam o trabalho do contador. De acordo com o art. 2º da resolução 750/93 do CFC, “Os Princípios de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso País”.

Conforme artigo 3º da Resolução 750/93 do CFC, são princípios de contabilidade:

I - o da ENTIDADE; II - o da CONTINUIDADE; III - o da OPORTUNIDADE; IV - o do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL; V - (Revogado pela Resolução nº 1.282 de 28 de maio de 2010 do CFC) VI - o da COMPETÊNCIA e VII - o da PRUDÊNCIA.

Através do princípio da entidade, tem-se o reconhecimento do patrimônio como objeto da Contabilidade. Certifica sua autonomia patrimonial a diferenciação de um patrimônio individual com o da organização. Sendo assim, o patrimônio particular dos sócios e proprietários da empresa não se confunde com o da organização.

O embasamento legal do princípio da entidade encontra-se disposto no artigo quarto da resolução citada que, em seu parágrafo único, destaca que “PATRIMÔNIO pertence à ENTIDADE, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova ENTIDADE, mas numa unidade de natureza econômico-contábil”.

O segundo princípio trata da continuidade da organização. A Entidade continuará em operação no futuro e isso deve ser considerado quando em função da mensuração e da apresentação dos componentes do patrimônio. Está disposto no

artigo quinto da referida resolução que, anteriormente, considerava a continuidade ou não da entidade; agora, apenas se pressupõe a continuidade.

O terceiro princípio é o da oportunidade, o qual trata da tempestividade e confiabilidade dos registros contábeis. Ou seja, as informações contábeis devem ser registradas em tempo hábil e, ao mesmo tempo, serem fidedignas de acordo com os fatos. Está disposto no artigo sexto da referida resolução com alterações em sua disposição, a qual, anteriormente, considerava, simultaneamente, a tempestividade e a integridade do registro do patrimônio e das suas mutações; após as alterações, passou a considerar processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais.

O quarto princípio trata do registro pelo valor original, o qual determina que os componentes do patrimônio devam ser registrados inicialmente pelo valor original de sua operação e em moeda nacional. O embasamento desse princípio encontra-se no artigo sétimo da referida legislação e passou por mudanças com a nova resolução, como, por exemplo, a variação do custo histórico do bem que, com a resolução anterior, não era possível realizar.

O quinto princípio foi revogado em virtude da existência da Lei 9.249 de 26 de dezembro de 1995, que altera dispositivo e extingue a correção monetária em seu artigo quarto e parágrafo único: “Fica revogada a correção monetária das demonstrações financeiras. Parágrafo único. Fica vedada a utilização de qualquer sistema de correção monetária de demonstrações financeiras, inclusive para fins societários”.

O sexto princípio é o da competência, o qual estabelece que os efeitos das operações sejam reconhecidos no período ao qual pertencem, independente de haver o efetivo pagamento ou recebimento de valores. Isso está disposto no artigo nono da referida resolução e pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas.

O sétimo princípio de contabilidade, que é o da prudência, determina a adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior valor para os componentes do passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido. Esse princípio está estabelecido no artigo décimo da referida resolução e pressupõe o emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às

estimativas, em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos e receitas não sejam superestimados e que passivos e despesas não sejam subestimados, atribuindo maior confiabilidade ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais. Esse princípio busca dar maior veracidade aos registros contábeis, neutralizando a hipótese de haver uma super ou subvalorização sobre um valor ativo ou passivo da empresa.

2.2 A Estrutura dos Demonstrativos

Os demonstrativos contábeis expõem os fatos contábeis da empresa através de um conjunto de dados que possibilitam a verificação da situação financeira e econômica em que se encontra a empresa num dado momento. A seguir, apresenta-se uma breve descrição do balanço patrimonial e do demonstrativo de resultado do exercício, os quais têm a capacidade de mapear o momento financeiro atual da entidade.

2.2.1 Balanço Patrimonial

O balanço patrimonial, conforme Velter e Missagia (2009, p. 582), “é a demonstração financeira que tem por objetivo evidenciar a situação patrimonial da entidade em um dado momento”. Através do balanço, é possível visualizar em que situação encontra-se a empresa em um momento específico. Essa ferramenta contábil é composta por: ativo, passivo e patrimônio líquido, que são os bens, direitos e obrigações da organização.

2.2.1.1 Ativo

Conforme Velter e Missagia (2009, p. 597), “o ativo representa, genericamente, o conjunto dos bens e direitos pertencentes à entidade”. A lei das Sociedades por Ações determina que os componentes do ativo sejam agrupados em relação a seu grau de liquidez em ordem decrescente.

O ativo divide-se em ativo circulante e não circulante. São componentes classificáveis no ativo circulante: as disponibilidades, ativo realizável a curto prazo e

estoques. No ativo não circulante, estão ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o ativo imobilizado e o ativo intangível.

As disponibilidades são os recursos que as empresas têm para suprir os seus compromissos. Trata-se de dinheiro ou de depósito bancário à vista. Dentre as contas desse grupo, tem-se: caixa, depósitos à vista, numerário em trânsito, aplicações financeiras de liquidez imediata.

Os ativos realizáveis a curto prazo são classificados em: duplicatas a receber, estoques, investimentos temporários e outros valores. As duplicatas a receber, que compõem esse grupo, são provenientes de produtos ou prestação de serviços a prazo, com vencimento até o término do exercício seguinte. No caso dos investimentos temporários, as empresas procuram aplicar o excedente gerado através de disponibilidades em títulos ou valores mobiliários. Os outros valores são quantias a receber referentes às aplicações necessárias e não classificáveis nos grupos do ativo circulante, como, por exemplo: adiantamentos a empregados, adiantamentos a fornecedores.

O grupo dos estoques irá depender da atividade fim da empresa: se ela tem o objetivo de venda ou o consumo próprio de seu estoque. No caso das empresas comerciais, os estoques compõem mercadorias que se destinam à venda. Em relação às industriais, eles fazem parte da matéria prima, que podem estar em processo de elaboração e também em produtos acabados. Em uma prestadora de serviços, os estoques são os materiais de consumo disponíveis e necessários para o desempenho de sua atividade.

O ativo realizável a longo prazo está localizado no ativo não circulante. Este ativo comporta os direitos executáveis após o término do exercício social seguinte.

Também localizados no ativo não circulante estão os investimentos que são constituídos por participações permanentes em outras sociedades; o ativo imobilizado, que são os bens corpóreos que a empresa utiliza na manutenção de sua atividade; e o ativo intangível, que são os bens incorpóreos utilizados na atividade da empresa. O diferido deixou de fazer parte do balanço patrimonial em decorrência da lei 11.941/09.

2.2.1.2 Passivo

Velter e Missagia (2009, p. 618) citam que “o passivo exigível representa as obrigações da entidade”. As contas do passivo englobam as obrigações, ou seja, as dívidas obtidas com terceiros, como, por exemplo: as contas a pagar, os fornecedores, os impostos a recolher, os financiamentos e os empréstimos. É uma obrigação exigível e divide-se em: circulante e não circulante, de acordo com a lei 11.941/09.

Em relação às contas do passivo circulante, têm-se os fornecedores, os salários a pagar, os encargos sociais a recolher, os impostos a recolher, o imposto de renda e as provisões, os empréstimos bancários, outras obrigações vencíveis até o término do exercício social seguinte. O passivo não circulante contém as obrigações do passivo circulante vencíveis após o término do exercício social seguinte.

2.2.1.3 Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido é uma obrigação da instituição com seus sócios. Conforme Velter e Missagia (2009, p. 620), representa “a diferença entre os elementos ativos e passivos, que é o valor contábil que efetivamente pertence à entidade”. É constituído pelo capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucro, prejuízos acumulados, ações em tesouraria.

O capital social representa o investimento realizado na empresa pelos seus sócios, o que não se refere somente às integralizações realizadas pelos acionistas, mas também, à parte do lucro e outras reservas não distribuídas, e incorporadas ao capital.

As reservas de capital são recursos que não transitam pelo resultado. Conforme descrevem Velter e Missagia (2009, p. 622), “são origens de recursos que não refletem esforço decorrente das atividades normais da empresa”. Os ajustes de avaliação patrimonial são adequações em decorrência da valorização ou desvalorização de algum elemento do ativo ou do passivo por sua avaliação pelo valor justo.

As reservas de lucro são constituídas pelos lucros da organização e dividem-se em: reserva legal, reservas estatutárias, reservas para contingências, reserva de incentivos fiscais, reserva de retenção de lucros, reserva de lucros a realizar e reserva especial de dividendo obrigatório não distribuído.

O prejuízo acumulado é composto pelo saldo do prejuízo, quando este já tiver sido absorvido pelas reservas e ainda restar saldo negativo. As ações, em tesouraria, representam as ações da empresa recompradas por ela própria.

O balanço patrimonial apresenta como estrutura básica a seguinte disposição:

ATIVO	PASSIVO
ATIVO CIRCULANTE	PASSIVO CIRCULANTE
ATIVO NÃO CIRCULANTE	PASSIVO NÃO CIRCULANTE
Realizável a longo prazo	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Investimentos	CAPITAL SOCIAL
Imobilizado	RESERVAS DE CAPITAL
Intangível	RESERVAS DE LUCROS
TOTAL DO ATIVO	TOTAL DO PASSIVO

Quadro 1 – Estrutura básica do Balanço Patrimonial

Fonte: Adaptado Velter e Missaglia (2009, p. 587)

2.2.2 Demonstrativo de Resultado

O demonstrativo do resultado do exercício (DRE) é o confronto de todas as despesas com todas as receitas de determinado período, de acordo com o princípio contábil da competência.

Conforme Pagliato (2009, p. 95), “em cada final de período, todas as despesas e receitas começam do zero, ou seja, não se acumulam de um período para o outro”. Ao final de cada período, as receitas e despesas são zeradas em uma conta transitória de apuração de resultado e, através desta, apura-se o resultado que pode ser lucro ou prejuízo.

Na DRE, são apresentadas as receitas, as deduções das receitas, o custo da mercadoria vendida ou do serviço prestado, as despesas, outras receitas, outras

despesas, a provisão contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) e imposto de renda (IR) e, por fim, o resultado do período.

2.2.2.1 Receitas

As receitas são entradas de recursos para a empresa, obtidos através de suas atividades e podem ser originadas de várias maneiras, como: vendas, honorários, juros, dividendos, *royalties* e aluguéis.

Para Ludicibus (2009, p. 152), a receita é:

o valor monetário, em determinado período, da produção de bens e serviços da entidade, em sentido lato, validado, mediata ou imediatamente, pelo mercado, provocando acréscimo de patrimônio líquido e simultâneo acréscimo de ativo, sem necessariamente provocar, ao mesmo tempo, um decréscimo do ativo e do patrimônio líquido, caracterizado pela despesa.

As receitas auferidas pela empresa aumentam o patrimônio líquido à medida que acrescentam recursos para sua atividade.

2.2.2.2 Deduções

As deduções da receita bruta constituem-se em: vendas canceladas, devoluções, abatimentos sobre vendas, tributos incidentes sobre vendas. São valores que sofrem variações conforme o volume de vendas e devem ser excluídos do resultado por não compor a receita de vendas. Conforme Velter e Missagia (2009), por exemplo, deve ser feita a dedução do Imposto de Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) sobre vendas por esse valor estar adicionado às vendas e pertencer ao governo.

2.2.2.3 Custo da Mercadoria Vendida ou Serviço Prestado

O Custo da Mercadoria Vendida (CMV) consiste no gasto que a empresa tem para comprar e comercializar o produto. É formado pelo valor de compra do produto, somado ao frete, ao seguro, às despesas de armazenagem e demais gastos decorrentes da compra da mercadoria até a venda para o consumidor.

2.2.2.4 Despesas

As despesas são constituídas por saídas de recursos no decorrer da atividade da empresa, sob a forma de incremento no passivo ou redução de ativos. São desembolsos que a empresa utiliza para pagar gastos incorridos no decorrer de suas atividades. Ludícibus (2009, p. 153) caracteriza despesa como sendo “a utilização ou o consumo de bens e serviços no processo de produzir receitas”.

Aparecem, na estrutura da DRE, como despesas operacionais, podendo ser despesas administrativas, de vendas e outras despesas operacionais. Como exemplos de despesas, Velter e Missagia (2009) apresentam despesas com salários e encargos, água, energia elétrica, contribuição sindical, propaganda, entre outras.

2.2.2.5 Outras despesas e outras receitas

São receitas e despesas provenientes de atividades que não são o foco da empresa. Velter e Missagia (2009) as conceituam como atividades acessórias. Como outras receitas, têm-se receitas de aluguéis, reversão de provisões, ganhos de capital de ativo não circulante, doações e subvenções. Em outras despesas, têm-se as perdas de capital na venda de ativo não circulante.

2.2.2.6 Provisões para CSLL e o Imposto de Renda

São realizadas para estimar o valor do pagamento de obrigações futuras. Elas têm o objetivo de resguardar a parte do resultado que será utilizado no futuro, com base no regime de competência.

A forma de cálculo da provisão da CSLL e do IR difere-se, conforme a forma de tributação de cada entidade e tem como base o Simples, o Lucro presumido, o Lucro real e o Lucro arbitrado. Segundo Velter e Missagia (2009), o cálculo dessa provisão tem como base o lucro fiscal e não o resultado contábil, precisando este ser ajustado antes do cálculo da provisão.

2.2.2.7 Resultado do Período

Conforme Velter e Missagia (2009), o resultado é apurado através da diferença entre receitas e despesas do exercício. Para um resultado positivo, tem-se o lucro, e, caso contrário, tem-se um prejuízo.

Esta demonstração possibilita a evidenciação do lucro ou prejuízo do período, o que servirá de base para outros demonstrativos, para sua distribuição do possível lucro e para a movimentação, conforme refere Ludícibus (2008, p. 47):

A destinação (canalização) do lucro líquido para os proprietários (distribuição de dividendos) ou o reinvestimento na própria empresa (retenção de lucros) serão evidenciados na Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, antes de serem indicados no Balanço Patrimonial.

A Demonstração de Resultado do Exercício encerra com a apuração do lucro líquido, se for o caso compensa prejuízos anteriores e/ou transfere o lucro que restar para a conta de resultado a destinar. Após faz a distribuição e assim evidencia na DLPA (Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados) onde foram investidos os valores.

2.2.2.8 Participação nos lucros

A participação nos lucros caracteriza-se pela distribuição de parte dos lucros auferidos para os debenturistas, os empregados, os administradores e as partes beneficiárias.

Segundo Ludícibus (2008), é um complemento à remuneração de empregados e administradores. A participação é definida, no estatuto ou contrato social, como um percentual sobre o lucro.

Sendo assim, a DRE está estruturada da seguinte forma:

1. Receita bruta
2. (-) Deduções de vendas
3. (=) Receita líquida
4. (-) Custos das mercadorias
5. (=) Resultado operacional bruto ou Lucro bruto
6. (-) Despesas operacionais
7. (=) Lucro ou prejuízo operacional
8. (+) Outras receitas
9. (-) Outras despesas
10.(=) Resultado antes do IR e CSLL
11. (-) Provisão para CSLL
12. (-) Provisão para IR
13.(=) Resultado depois da CSLL e IR
14. (-) Participação dos lucros
14. (=) Lucro ou prejuízo do exercício
15. Lucro por ação

Quadro 2 – Estrutura básica da DRE

Fonte: Adaptado Velter e Missaglia (2009, p. 513)

2.3 Análise das demonstrações financeiras

A análise financeira deve ser clara e descomplicada, para facilitar o entendimento dos seus usuários. Para realizar uma análise de caráter imparcial e correto, é necessário transformar os dados dos demonstrativos em informações concretas.

A análise de balanços tem como objetivo um diagnóstico preciso da situação econômico-financeira da empresa, o que auxilia no processo de tomada de decisões. Conforme evidencia Velter e Missaglia (2010, p. 58), “Análise contábil é a técnica que decompõe, compara e interpreta as Demonstrações Contábeis, produzindo dados analíticos aos usuários da Contabilidade”. O resultado da análise consiste em informação para os usuários.

Ao avaliar a situação da empresa, é possível perceber aspectos operacionais, econômicos, patrimoniais e financeiros. Para Assaf Neto (2002, p. 48),

a análise de balanços visa relatar, com base nas informações contábeis fornecidas pelas empresas, a posição econômico-financeira atual, as causas que determinam a evolução apresentada e as tendências futuras. Em outras palavras, pela análise de balanços extraem-se informações sobre a posição passada, presente e futura (projetada) de uma empresa.

Nesse sentido, pode se observar que a análise econômico-financeira é interessante para as empresas por avaliar sua situação interna e externa, seus históricos, delinear seu futuro e sugerir que caminhos seguir para direcionar os recursos da atividade de maneira eficiente e eficaz.

Ainda para Assaf Neto (2002, p. 54),

o raciocínio básico da análise de balanços desenvolve-se por meio de técnicas oriundas de diferentes áreas do saber (contabilidade, matemática e estatística, principalmente). Essas técnicas apresentam uso bastante generalizado e sofrem periodicamente um processo natural de aprimoramento e sofisticação.

Com isso, é possível observar que essa análise constitui-se como uma ferramenta, na qual há influência de diversas áreas do conhecimento, onde é possível obter resultados que conduzirão a gestão do empreendimento por longos períodos, mas que está em constante aprimoramento.

Em uma análise de maior aproveitamento, outro fator importante é o sistema de informações contábeis disponibilizado, que consiste também em uma ferramenta fundamental.

Segundo Padoveze (1997, p. 46),

as técnicas básicas de análise de balanço são facilmente incorporadas ao sistema de informação contábil. O importante da incorporação dessas técnicas é a possibilidade de avaliarmos continuamente o comportamento dos indicadores financeiros da companhia.

Assim, o sistema de informações contábeis é importante para a análise dos indicadores de desempenho econômico-financeiros. Facilita as comparações entre os mesmos durante os períodos estabelecidos; permite ampla organização da análise e a melhor compreensão da situação da gestão do negócio pelos usuários das informações, pois transforma os dados em informações que possibilitam a empresa constatar sua verdadeira situação patrimonial, financeira e econômica.

Qualificado dessa maneira, tem como finalidade apontar os pontos críticos e, com isso, relatar as prioridades para a correção dos problemas apontados.

A maneira de fazer uma análise de balanços obedece a alguns passos; entre eles, está a escolha dos indicadores, comparação com padrões, diagnóstico e decisão de como intervir para melhorar tais resultados.

2.3.1 Métodos de análise

Há diversos métodos de análise de balanços, entre eles, destacam-se: a análise vertical, horizontal e os indicadores econômico-financeiros.

2.3.1.1 Análise Vertical

Na análise vertical, a base consiste em valores percentuais das demonstrações financeiras. Sendo assim, calcula-se o percentual de cada conta em relação a sua base. Como descreve Matarazzo (2008, p. 243), “na Análise Vertical do Balanço, calcula-se o percentual de cada conta em relação ao total do Ativo”.

Para Braga (1995, p. 145), a análise vertical reforça a avaliação do balanço patrimonial:

No balanço, a análise vertical fornece indicadores que facilitam a avaliação da estrutura do ativo e das suas fontes de financiamento. Esses indicadores correspondem às participações percentuais dos saldos das contas e dos grupos patrimoniais sobre o total do ativo (ou do passivo + patrimônio líquido).

Através da análise vertical, é possível avaliar a evolução das contas dentro do grupo de contas.

2.3.1.2 Análise Horizontal

A análise horizontal consiste na evolução de cada conta ao longo de determinados períodos, quando se avalia o percentual de variação em relação ao ano anterior. Há dois tipos de análise horizontal: a encadeada e a anual. A primeira é efetuada através do cálculo em relação ao ano-base; já a anual é realizada

levando em conta o ano anterior. Mas é importante que se faça as duas análises, pois elas devem se complementar e nunca substituir uma pela outra.

Braga (1995, p. 143) descreve como é realizada a análise:

É realizada a partir de um conjunto de balanços e demonstrações de resultados consecutivos. Para cada elemento desses demonstrativos, são calculados números-índices, cuja base corresponde ao valor mais antigo da série. Deste modo, pode-se avaliar a evolução de cada elemento patrimonial e de resultado ao longo de diversos períodos sucessivos.

Esse tipo de análise apresenta a variação do período, possibilitando comparações da evolução do patrimônio ao longo dos anos.

2.3.1.3 Indicadores Financeiros

Entre os principais indicadores de análise financeira, podem se destacar os indicadores de: Liquidez, Atividade, Endividamento, Lucratividade e Rentabilidade, conforme o quadro 3.

Índices		Fórmulas
Liquidez	Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$
	Liquidez Seca	$\frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$
	Liquidez Imediata	$\frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$
	Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + (\text{Passivo Não Circulante} - \text{Receitas diferidas})}$
Atividade	Prazo médio dos estoques	$\frac{\text{Estoque} \times 360}{\text{Custo das Mercadorias Vendidas}}$
	Prazo médio de recebimentos	$\frac{\text{Clientes} \times 360}{\text{Vendas a prazo}}$
	Prazo médio de pagamentos	$\frac{\text{Fornecedores} \times 360}{\text{Compras a prazo}}$
	Giro do Ativo	$\frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo Total}}$
Endividamento	Endividamento Geral	$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Total}}$
	Participação de Capitais de Terceiros	$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Patrimônio Líquido}}$
	Composição do Endividamento	$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$
	Imobilização do Patrimônio Líquido	$\frac{\text{Ativo Não Circulante} - \text{Ativo Realizável a LP}}{\text{Patrimônio Líquido}}$
Lucratividade	Margem Bruta	$\frac{\text{Lucro Bruto}}{\text{Receita Operacional Líquida}}$
	Margem Operacional	$\frac{\text{Lucro Operacional}}{\text{Receita Operacional Líquida}}$
	Margem Líquida	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Receita Operacional Líquida}}$
Rentabilidade	Rentabilidade do Patrimônio Líquido (ROE)	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$
	Retorno do Investimento total (ROA)	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$
	Grau de Alavancagem Financeira	$\frac{\text{ROE}}{\text{ROA}}$

Quadro 3 – Indicadores econômico-financeiros

Fonte: Adaptação Gitman (2004) e Velter e Missagia (2010).

2.3.1.3.1 Liquidez

Conforme Gitman (2004, p. 46), “a liquidez de uma empresa é medida por sua capacidade de cumprir as obrigações de curto prazo à medida que vencem”. A liquidez representa como a organização realiza o pagamento de suas dívidas de curto prazo.

Os indicadores de liquidez podem ser divididos em: liquidez corrente, liquidez seca, liquidez imediata e liquidez geral. A primeira mostra o quanto de bens e direitos a empresa dispõem para conseguir pagar as suas dívidas de curto prazo; também nos apresenta quanto a empresa possui no ativo circulante em relação ao passivo circulante. Sendo assim, quanto mais alta a liquidez corrente, maior a capacidade de a empresa financiar suas necessidades de capital de giro. Já a liquidez seca representa o quanto bens e direitos do curto prazo a empresa dispõem para conseguir sanar as dívidas do curto prazo, mas, nesse caso, excluídos os estoques.

A liquidez imediata representa a capacidade de empresa pagar suas dívidas de curto prazo com suas disponibilidades. A liquidez geral indica quanto a empresa possui de ativo líquido em relação ao passivo circulante, que são as dívidas em longo prazo. Para Matarazzo (2008), muitas pessoas confundem índices de liquidez com capacidade de pagamento, os quais são índices que, a partir do confronto dos ativos circulantes com as dívidas, procuram medir quão sólida é a base financeira da empresa.

2.3.1.3.2 Atividade

Para Gitman (2004, p. 47), “os índices de atividade medem a velocidade com que as várias contas são convertidas em vendas ou caixa – entradas ou saídas”. É o tempo médio que uma conta leva para se transformar em numerário.

Nos indicadores de atividade, está o prazo médio de estoques, de recebimentos e de pagamentos, assim como o giro do ativo.

Com o prazo médio de estoques, é possível saber quanto tempo a mercadoria permanece em estoque desde a compra até a venda. Sua principal utilidade está em

auxiliar na programação das compras e evitar o acúmulo desnecessário de mercadorias no estoque.

O prazo médio de recebimentos indica quanto tempo, em média, a empresa espera até receber suas vendas a prazo. Consiste em importante ferramenta na avaliação da política de crédito e cobrança segundo Gitman (2004).

O prazo médio de pagamentos mostra quanto tempo, em média, a empresa leva para pagar suas contas. É um indicador difícil de calcular tendo em vista que para seu cálculo necessita saber o valor anual das compras o qual não é divulgado nos demonstrativos, conforme Gitman (2004).

O giro do ativo, conforme Gitman (2004), demonstra como a organização usa seus ativos para gerar vendas. Esse indicador evidencia se as atividades operacionais da empresa são eficientes para alcançar os resultados.

2.3.1.3.3 Endividamento

O endividamento geral apresenta o quanto de ativo total está sendo financiado por capital de terceiros. Conforme Gitman (2004, p. 51), “quanto mais alto o valor desse índice, maior o grau de endividamento da empresa e mais elevado seu grau de alavancagem financeira”. Esse índice está diretamente relacionado com a alavancagem devido a ambos ampliarem o risco e o retorno esperado pela empresa.

A participação de terceiros indica quanto que a empresa tomou de capitais de terceiros para cada cem reais de capital próprio investido. Conforme Matarazzo (2008, p. 154), “o índice de capitais de terceiros relaciona, portanto, as duas grandes fontes de recursos da empresa, ou seja, capital próprio e capitais de terceiros. É um indicador de risco ou de dependência a terceiros, por parte da empresa”. Esse índice mostra o quanto a empresa está comprometida com capital de outras entidades.

A composição do endividamento mostra qual o percentual de obrigações de curto prazo em relação às obrigações totais. A imobilização do patrimônio líquido aponta quanto de patrimônio líquido está no ativo imobilizado, investido em máquinas, móveis, entre outros bens.

2.3.1.3.4 Lucratividade

Através dos índices de lucratividade, comparam-se os lucros obtidos com as receitas auferidas nas atividades da empresa. Nesses índices, têm-se margem bruta, margem operacional e margem líquida.

A margem bruta, conforme Gitman (2004, p. 52), “mede a porcentagem de cada unidade monetária de vendas que resta após o pagamento do custo dos produtos vendidos”. É o valor obtido após o pagamento dos custos inerentes à venda das mercadorias.

A margem operacional, segundo Gitman (2004, p. 53), “mede a proporção de cada unidade monetária de receita de vendas que permanece após a dedução de todos os custos e despesas, não incluindo juros, impostos e dividendos de ações preferenciais”. É o valor alcançado depois de descontadas as despesas em geral.

A margem líquida, para Gitman (2004, p. 53), “representa a proporção de cada unidade monetária de receita de vendas restante após a dedução de todos os custos e despesas, incluindo juros, impostos e dividendos de ações preferenciais”. Consiste no valor final obtido pela empresa depois de descontados todos os valores definidos.

Com esses índices, os gestores podem ver se a organização apresenta lucro adequado com as suas vendas e a política da empresa.

2.3.1.3.5 Rentabilidade

Esses índices retratam qual a rentabilidade dos capitais investidos, quanto rendem os investimentos e, sendo assim, qual o grau de êxito econômico da empresa. Mostram, então, o retorno do capital investido, se o negócio está obtendo o retorno desejado pelos proprietários. São a rentabilidade do patrimônio líquido (ROE), a rentabilidade do investimento total (ROA) e o grau de alavancagem financeira. O ROE mede o retorno do capital investido pelos acionistas na empresa como cita Gitman (2004). O ROA mede o retorno do investimento da empresa definido por Gitman (2004).

A alavancagem financeira pode ser definida, por Assaf Neto (2002, p. 122), “como a capacidade que os recursos de terceiros apresentam de elevar os

resultados líquidos dos proprietários”. É como se comportam os recursos de terceiros na composição dos resultados da empresa.

2.4 As sociedades cooperativas

As sociedades cooperativas são instituições que visam à cultura, à inclusão social e à democracia, contribuindo, de forma significativa, para o crescimento da nação. Como se refere Pinho (1982, p. 8), “a cooperação, quando organizada segundo estatutos previamente estabelecidos, dá origem a determinados grupos sociais. Dentre tais grupos, as cooperativas representam aqueles que visam, em primeiro lugar, a fins econômicos e educativos”.

Cooperativa é definida por Ferreira (1999) como sociedade ou empresa constituída por membros de determinado grupo econômico ou social e que tem, por objetivo principal, desempenhar, em benefício de toda a comunidade, determinada atividade econômica.

Conforme descreve Pinho (1982), o cooperativismo teve sua origem no Egito com os faraós, que se ajudavam e organizavam-se em agrupamentos visando ao bem comum ao seu grupo. Seu símbolo é representado por duas árvores de pinho, com um círculo, tendo como significado a cooperação, a continuidade da vida, a abrangência do todo.

As primeiras cooperativas da Idade Moderna surgiram em meio ao capitalismo, por volta de 1844, com os Pioneiros de Rochdale, na Inglaterra. Tecelões, que estavam insatisfeitos por seus baixos salários e mão-de-obra excedente, reuniram-se e organizaram a primeira cooperativa daquele período, que tinha por objetivo a compra, em conjunto, de bens para o seu sustento e de suas famílias; sendo seu capital inicial de 28 libras. Os princípios que os guiavam eram: adesão livre e espontânea; absoluta neutralidade política e religiosa; prática da democracia pura (um voto por pessoa); eliminação do lucro mercantil; retribuição ao capital com juros limitados; vendas à vista de bens de consumo; e fomento à educação.

Por ocasião de diversas mudanças na economia, como a Revolução Industrial, o movimento cooperativista espalhou-se ao redor do mundo com diversos tipos de cooperativas, como as de consumo, de moinhos e de panificação.

Para Oliveira (1984, p. 32), “a cooperação no mundo adquire cada dia mais importância, tanto nos países desenvolvidos, como nos em desenvolvimento, nos países capitalistas, como nos socialistas e nos do terceiro mundo”. Diante disso, pode-se observar que o cooperativismo consiste em um importante sistema em expansão que se faz presente em todos os continentes.

No Brasil, o cooperativismo veio com os imigrantes europeus no início do século XX. Como menciona Singer (2002), no começo, eram cooperativas de consumo na cidade e de produtos agropecuários no campo. Assim, através de um padre suíço, Théodor Amstadt, destacou-se a ideia do Crédito Rural, em uma reunião da Sociedade de Agricultores Rio-Grandenses da Linha Imperial, em Nova Petrópolis, RS. A partir de um longo trabalho, o padre fundou a COOPERURAL (Cooperativa de Crédito Rural Nova Petrópolis Ltda.), em 28 de dezembro de 1902; com isso, o Rio Grande do Sul foi o berço do cooperativismo na nação brasileira, como traz Pinho (1982).

Outro fator relevante para o cooperativismo no Brasil é a sua legislação. O cooperativismo é regulamentado pela lei 5.764/71, a qual instituiu, como órgão normativo, o Conselho Nacional de Cooperativismo.

A lei 5.764/71 define, em seu artigo 4º, o conceito de cooperativa:

As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características: I - adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços; II - variabilidade do capital social representado por quotas-partes; III - limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais; IV - inaccessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade; V - singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade; VI - quorum para o funcionamento e deliberação da Assembleia Geral baseado no número de associados e não no capital; VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral; VIII - indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social; IX - neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social; X - prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa; XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.

As características das sociedades cooperativas diferem das sociedades empresariais em alguns aspectos, conforme a Lei nº 10.406/02 determina no seu artigo 1094:

São características da sociedade cooperativa: I - variabilidade, ou dispensa do capital social; II - concurso de sócios em número mínimo necessário a compor a administração da sociedade, sem limitação de número máximo; III - limitação do valor da soma de quotas do capital social que cada sócio poderá tomar; IV - intransferibilidade das quotas do capital a terceiros estranhos à sociedade, ainda que por herança; V - *quorum*, para a assembleia geral funcionar e deliberar, fundado no número de sócios presentes à reunião, e não no capital social representado; VI - direito de cada sócio a um só voto nas deliberações, tenha ou não capital a sociedade, e qualquer que seja o valor de sua participação; VII - distribuição dos resultados, proporcionalmente ao valor das operações efetuadas pelo sócio com a sociedade, podendo ser atribuído juro fixo ao capital realizado; VIII - indivisibilidade do fundo de reserva entre os sócios, ainda que em caso de dissolução da sociedade.

2.4.1 As sociedades cooperativas e a contabilidade

O processo de implementação de uma contabilidade especial dentro das cooperativas foi lento. Para conseguir com que as cooperativas tivessem o tratamento contábil específico, foram publicadas pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade, as resoluções nºs 920 de 19/12/2001 e 944 de 30/08/2002, editando respectivamente a NBC T (Normas Brasileiras de Contabilidade) 10.8 – Entidades Cooperativas e NBC T 10.21 – Entidades Cooperativas Operadoras de Planos de Assistência à Saúde, as quais tratam dos aspectos contábeis específicos para sociedades cooperativas, atendendo então a um grande anseio dessas sociedades.

O conselho Federal de Contabilidade (CFC), através da Norma Brasileira de contabilidade NBC 10.8.1.3, 2001 evidencia que:

Entidades cooperativas são aquelas que exercem as atividades na forma da lei específica, por meio de atos cooperativos, que se traduzem na prestação de serviços diretos aos seus associados sem objetivo de lucro, para obterem em comum melhores resultados para cada um deles em particular. Identificam-se de acordo com o objeto ou pela natureza das atividades desenvolvidas por elas, ou por seus associados.

As cooperativas, mesmo que instituições prestadoras de serviços sem fins lucrativos, devem realizar a escrituração contábil semelhante à empresa mercantil, porém deve ser observada a legislação específica, seja para atender a tributação ou

planejamento financeiro; além disso, também devem apresentar demonstrações do resultado com base em suas atividades sociais.

2.4.1.1 A contabilidade de empresas mercantis e das sociedades cooperativas

Os investimentos das cooperativas de qualquer nível devem ser avaliados pelo custo de aquisição, este que para Ludícibus (2008, p. 136) consiste no “valor efetivamente desprendido na transação por subscrição relativa ao aumento de capital, ou ainda pela compra de ações de terceiros, quando a base do custo é o preço total pago”, que, no caso das cooperativas, são as quotas-partes.

A conta Capital Social, localizada no Patrimônio Líquido nas cooperativas, é formada por quotas-partes, que devem ser registradas de forma individualizada por ser uma sociedade de pessoas, destacando o capital subscrito e o capital a integralizar.

Conforme a NBC TE - Entidades Cooperativas:

17. Na entidade cooperativa, a conta Capital Social é movimentada por: a) livre adesão do associado, quando de sua admissão, pelo valor das quotas-partes fixado no estatuto social; b) pela subscrição de novas quotas-partes, pela retenção estatutária sobre a produção ou serviço, pela capitalização de sobras e pela incorporação de reservas, exceto as indivisíveis; c) retirada do associado, por demissão, eliminação ou exclusão; d) absorção de perdas ou prejuízos após a utilização do saldo de Reserva Legal, respeitado o Capital Social mínimo, definidos no Estatuto Social.

Outra diferença encontrada na contabilidade das cooperativas é a de que, no caso das cooperativas, a conta lucros e prejuízos acumulados é substituída por sobras ou perdas acumuladas.

A constituição de reservas possui diferenças, nas empresas mercantis, a reserva obrigatória é a reserva legal, conforme Velter e Missagia (2009). Nas cooperativas, além dessa reserva, há o Fundo de Reserva e o Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (FATES).

Isso está descrito na lei 5.764/71 em seu artigo 28:

Art. 28. As cooperativas são obrigadas a constituir: I - Fundo de Reserva destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, constituído com 10% (dez por cento), pelo menos, das sobras líquidas do exercício; II - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa, constituído de 5% (cinco por cento), pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício. § 1º Além dos previstos neste artigo, a Assembleia Geral poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos, fixando o modo de formação, aplicação e liquidação. § 2º Os serviços a serem atendidos pelo Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social poderão ser executados mediante convênio com entidades públicas e privadas.

Esses fundos têm como principal função resguardar o capital da cooperativa contra perdas futuras. As operações da cooperativa são divididas em atos cooperativos e não cooperativos. A lei 5.764/71, em seu artigo 79, define da seguinte maneira:

Denominam-se atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas cooperativas entre si, quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais. O ato cooperativo não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria.

O ato cooperativo não consiste em operação de compra e venda realizada em entre empresas mercantis, mas sim como uma operação de transferência de bens ou serviços para seus associados.

Já o ato não-cooperativo consiste em uma atividade realizada para outra pessoa alheia à sociedade que poderia associar-se, mas não o faz. Isso pode ser encontrado na lei 5.764/71, em seu artigo 8,6 que assim define: “as cooperativas poderão fornecer bens e serviços a não associados, desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais e estejam de conformidade com a presente lei”.

O ato não-cooperativo deve ser escriturado separadamente, tudo isso em razão de não fazer parte da legislação das cooperativas e ser tributado pelo Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social do Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

A contabilidade, por sua vez, assume algumas particularidades quando o assunto é sociedades cooperativas, devido ao fato dessas organizações possuírem características peculiares e terem, por lei específica, a lei 5.764/71, já mencionada anteriormente.

3 METODOLOGIA

Em relação à metodologia, a pesquisa é classificada como exploratória, com uma abordagem quantitativa, baseada nos dados encontrados na CESMA. Para o embasamento, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, baseada na consulta de livros, artigos e sites da internet sobre os seguintes assuntos: análise de balanços, cooperativas e contabilidade. Mattar (1996) destaca que a pesquisa exploratória propicia ao pesquisador estabelecer prioridades do estudo, o que possibilita aumentar a sua experiência acerca do problema proposto, ou seja, no caso em estudo, foi explorado o comportamento econômico da empresa ao longo de determinado período.

Há diferenças entre a análise quantitativa e a análise qualitativa, conforme enfatiza Richardson (1999), pois esta não emprega um instrumento estatístico no processo de alcance dos resultados, concedendo análises mais profundas do assunto, enquanto aquela emprega instrumentos estatísticos na coleta e no tratamento dos dados da pesquisa. Sendo assim, a pesquisa se classifica como quantitativa por abranger cálculos e avaliação de indicadores econômicos e financeiros.

O presente estudo teve como base de pesquisa os demonstrativos e entrevistas aplicadas aos gestores da cooperativa. Cruz e Ribeiro (2004) indicam que o método da entrevista pode ser compreendido como uma conversa orientada para um objetivo específico, ou seja, recolher dados e informações a respeito de determinado assunto. Para Berni (2002), a entrevista divide-se em estruturada e não-estruturada, posto que, na estruturada, as perguntas são as mesmas para cada entrevistado, com a mesma sequência, mesmo sentido, mesmas palavras e coleta de dados; já a na não-estruturada tem como características perguntas não preestabelecidas e, em diferentes ordens, visa coletar ideias. Na realização do estudo, foi utilizada a entrevista não-estruturada para obter informações complementares sobre a organização como número de associados, de funcionários e política da cooperativa.

Por ser uma análise específica na CESMA, convém destacar que se trata também de uma pesquisa descritiva do tipo estudo de caso; assim sendo, seus

resultados não podem ser totalmente levados para outras situações, em outras organizações.

De acordo com Yin (1981 apud GIL 1999, p. 73), o estudo de caso é “um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência”. A partir do conceito apresentado, é possível enfatizar que foi realizado um estudo para averiguar uma realidade desconhecida na gestão da organização. Diante disso, Gil (2009, p. 14) mostra o que se pode pesquisar com estudos de caso:

São úteis para proporcionar uma visão mais clara acerca de fenômenos pouco conhecidos. São adequados para a formulação de hipóteses de pesquisa. Contribuem para a descrição de grupos, organizações e comunidades. Também podem fornecer explicações acerca de fatos e fenômenos sob o enfoque sistêmico.

Logo, é possível observar que o estudo de caso tem como característica esclarecer e descrever determinadas situações específicas, como na situação em questão e apresentar à CESMA resultados peculiares que possam contribuir na avaliação de desempenho do empreendimento.

Do mesmo modo, para Gil (2002), a pesquisa descritiva procura identificar quais as situações, eventos, atitudes ou opiniões estão manifestas em uma população. Assim, no presente estudo, buscaram-se identificar e descrever as variáveis envolvidas na organização em questão, como número de sócios, de receitas auferidas, de despesas, entre outros fatores.

Também foi utilizada a pesquisa bibliográfica para embasar a análise dos demonstrativos, pois aquela abrange bibliografias, como revistas, livros, monografias, teses, dissertações, artigos, material cartográfico, internet e outros.

Conforme enfatiza Cruz e Ribeiro (2004), uma pesquisa bibliográfica pode visar ao levantamento dos trabalhos realizados anteriormente sobre o mesmo tema estudado no momento atual, pode identificar e selecionar os métodos e técnicas a serem utilizados, além de fornecer elementos para a redação da introdução e revisão da literatura do trabalho.

Em um primeiro momento, foi realizada a coleta de informações através de entrevistas não-estruturadas aos gestores da cooperativa e também a coleta dos demonstrativos financeiros de 2003 a 2010.

Em um segundo momento, foi realizada a análise dos demonstrativos econômicos e financeiros da CESMA, usando, para isso, pesquisa documental nos materiais fornecidos pela empresa, tais como relatórios da diretoria, anotações, relatórios financeiros e atas de assembleias.

4 O CASO DA CESMA

A cooperativa em estudo, a CESMA, foi fundada no dia 16 de junho de 1978, por um grupo de estudantes universitários que buscavam a defesa econômica e cultural de seus associados, tendo sua sede no Diretório Acadêmico do Centro de Ciências Rurais (DACCR). Um ano depois de sua fundação, a CESMA mudou-se para uma pequena sala, na Rua Astrogildo de Azevedo, número 68.

Atualmente, em nova instalação, possui sua sede própria, o Centro Cultural CESMA, localizado na Rua Professor Braga, número 55, centro de Santa Maria, com aproximadamente 2.600 m², distribuídos em espaço para livros, filmes, papelaria, material escolar, exposições de arte, café e auditório com 200 lugares.

Dispõe de aproximadamente 50 mil títulos ativos e mais de 40 mil sócios cooperados, que atuam em diferentes áreas profissionais; além desse público, a CESMA abrange também a pessoas que têm algum interesse nos serviços prestados pela cooperativa.

Entre os fatores que influenciaram a mudança de sede estão: satisfazer a uma necessidade dos associados, bem como da própria cidade de Santa Maria; ampliar as possibilidades de conforto e atendimento; proporcionar um espaço físico compatível e também pela necessidade de devolver o espaço temporariamente cedido pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

A CESMA apresenta, como objetivo fundamental, a defesa econômica e cultural de seus associados, através da ajuda mútua, ação empregada pelo cooperativismo, que consiste em promover a união de muitos para realizar algo de interesse comum. Sendo assim, presta serviços como:

- a) encomendas de livros;
- b) locação de fitas de vídeo e DVDS;
- c) realização de feiras de livros;
- d) fornecimento de livros, material escolar, cirúrgico, odontológico, veterinário, de desenho técnico, materiais artísticos, de informática e pedagogia;
- e) manutenção do Cineclube Lanterninha Aurélio;
- f) promoção de discussões relacionadas ao cooperativismo e a todos os desdobramentos correspondentes;

- g) promoção de atividades culturais voltadas aos associados e à comunidade de modo geral;
- h) edição de um jornal próprio chamado Rascunho;
- i) CESMA café;
- j) Exposições de arte.

Conforme relatado em entrevista realizada com o gerente, sua missão é: “Proporcionar conhecimento e ações culturais de qualidade com diversidade de forma solidária, praticando os princípios do cooperativismo com eficiência e responsabilidade social para os associados e comunidade”.

Os objetivos da CESMA e de seus associados são de diminuir os custos na aquisição de livros, material escolar, papelaria, filmes e outros produtos culturais, possibilitando uma aquisição de tais materiais e uma consequente formação mais qualificada para o melhoramento das condições sociais de todos. É importante ressaltar que a cooperativa possibilita o fácil acesso aos livros para todos os leitores, prática única de repasse com, pelo menos, 20% de desconto sobre o preço de catálogo, conforme relatado pelo gerente.

Convém, além disso, ressaltar que a CESMA utiliza, como base, os Princípios do Cooperativismo, que são:

1. Adesão livre: Qualquer pessoa pode se associar ou se desligar da cooperativa quando quiser.
2. Gestão democrática: Cada associado tem direito a um voto, sendo a cooperativa é administrada pelos próprios associados.
3. Distribuição das sobras: Quando houver, os associados, em Assembleia Geral, decidem o que fazer.
4. Juros limitados ao capital: A cooperativa não remunera o capital integralizado (cotas-partes) pelos associados.
5. Neutralidade: Religiosa, política, social, sexual e racial.
6. Educação cooperativa: Preparar para o agir cooperativo.
7. Envolvimento com a comunidade: A cooperativa deve atuar junto à comunidade, favorecendo o seu desenvolvimento.

Esses princípios estão dispostos para consulta no *site* da cooperativa, ao alcance dos associados e demais interessados.

4.1 O investimento na nova sede

No ano de 2005, a CESMA inaugurou sua nova sede, totalizando um investimento de R\$ 1.800.000,00, em instalações amplas, novos equipamentos, novos serviços e grande variedade de mercadorias.

Para realizar esse investimento, foram utilizados apenas recursos próprios como as quotas-partes e as sobras líquidas anuais. A construção do novo prédio começou em 2002 e teve duração de três anos.

O número de sócios teve um aumento significativo no ano de 2005, que foi o advento da inauguração da nova sede e seguindo esse aumento em 2006. Em relação ao número de novos sócios a partir de 2007 teve um decréscimo, anexo G.

Quanto aos funcionários da cooperativa, houve um aumento em 2005 de 12 para 17 pessoas, mantendo-se esse número constante até 2010, anexo H.

Por tudo isso, como resultado do investimento, a CESMA pode oferecer aos sócios maior variedade de livros, material escolar, materiais artísticos, de informática e pedagógicos, manutenção do Cineclube Lanterninha Aurélio, atividades culturais voltadas aos associados e à comunidade de modo geral, Cesma Café, exposições de arte, entre outras atividades culturais.

4.2 Análise dos demonstrativos no período

No período analisado, inicialmente, as disponibilidades representavam 50% do ativo total, pois havia necessidades de recursos imediatos para a construção da nova sede, que estava sendo realizada desde 2002. Após a inauguração da nova sede em 2005, a concentração de disponibilidades manteve-se variável, sofrendo oscilações entre 26% e 29% do ativo total, chegando a representar 23% em 2010. Em relação entre 2003 até 2010, houve um decréscimo de 44% nas disponibilidades. Os créditos realizáveis de curto prazo apresentaram grande variação: em 2003, representavam 8% do ativo total e, em 2010, representavam 10%, aumentando 34,87% em comparação entre 2003 a 2010.

Os estoques, em 2003, representavam 22% do ativo total, mantendo mesmo percentual em 2004, aumentando para 23% em 2005; 27% em 2006 e chegando a representar 34% do ativo total em 2010. Os estoques sofreram alterações ao longo

do período; após a inauguração da nova sede, tiveram um aumento de 18%, devido ao maior espaço para estocagem de mercadorias. Continuaram crescendo nos anos seguintes, até 2009; em 2010, tiveram um decréscimo de 3,6% em relação a 2009.

Os investimentos presentes no ativo permanente tiveram aumento de 2003 até 2008 e depois em 2009 e 2010 mantiveram-se estáveis devido à diminuição nas sobras, o que inviabilizou nova aplicação de recursos nos investimentos. Representavam, em 2003, 0,1 % do ativo total; em 2010, passaram a representar 0,2%, conforme se pode observar no gráfico 1:

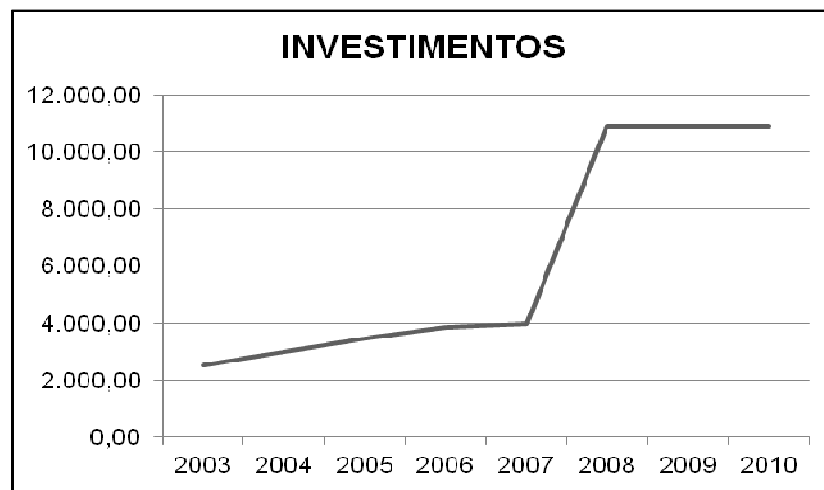


Gráfico 1 – Comportamento dos investimentos no período de 2003 a 2010

Fonte: Elaborado a partir dos demonstrativos financeiros da CESMA

O ativo imobilizado, em 2003, tinha pouca representatividade, porque as instalações da cooperativa eram alugadas; assim, o ativo imobilizado representava 6% do ativo total e, em 2004, representava 5%. Em 2005, com a finalização da construção da nova sede, o mesmo aumentou e passou a representar 48% do total do ativo, valor este que, antes, estava no diferido, como despesas pré-operacionais. Porém, a partir de 2006, houve um decréscimo nessa conta em razão da depreciação, e passou a representar 43% do ativo total, chegando a 34% em 2010. O maior aumento do imobilizado foi registrado em 2005, quando aumentou 89,9% em relação a 2004, conforme pode ser visualizado no gráfico 2:

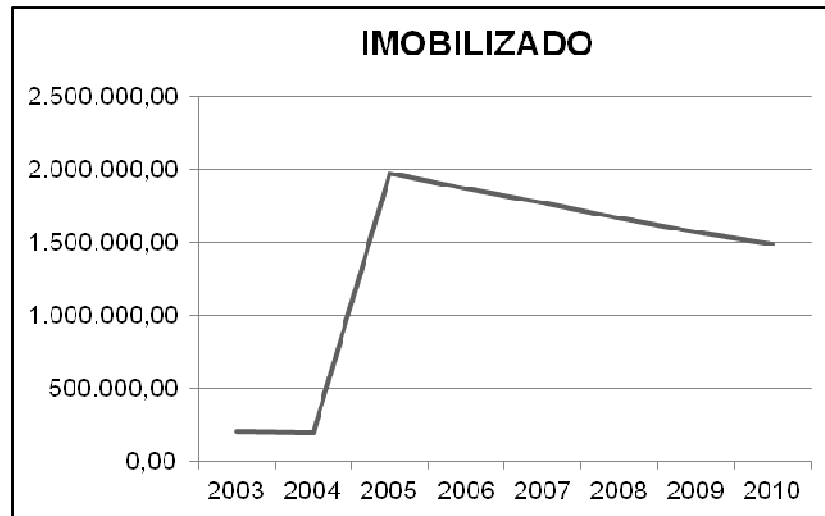


Gráfico 2 – Comportamento do ativo imobilizado no período de 2003 a 2010

Fonte: Elaborado a partir dos demonstrativos financeiros da CESMA

O ativo diferido representava 14% em 2003 e 26% em 2004 do ativo total. Extinguiu-se em 2005 devido à inauguração da nova sede, deixando de existir as despesas pré-operacionais; as mesmas foram repassadas para a conta de imobilizado.

As obrigações de curto prazo com terceiros aumentaram ao longo do período, devido à cooperativa realizar novos acordos comerciais. Representavam 26% em 2003 e 31% em 2010 do passivo total. Até 2009, tiveram crescimento e, em 2010, tiveram decréscimo 16,90%.

O capital social aumentou 50,39% de 2003 para 2004, em função dos novos sócios. Em 2005, teve um decréscimo de 68%; logo, pode-se deduzir que houve um problema contábil, tendo em vista que não houve decréscimo no número de associados conforme anexo G. A partir de 2006, manteve-se crescente. Representava 23% em 2003 e 18% em 2010 do passivo total. Através do gráfico 3, é possível identificar as variações:

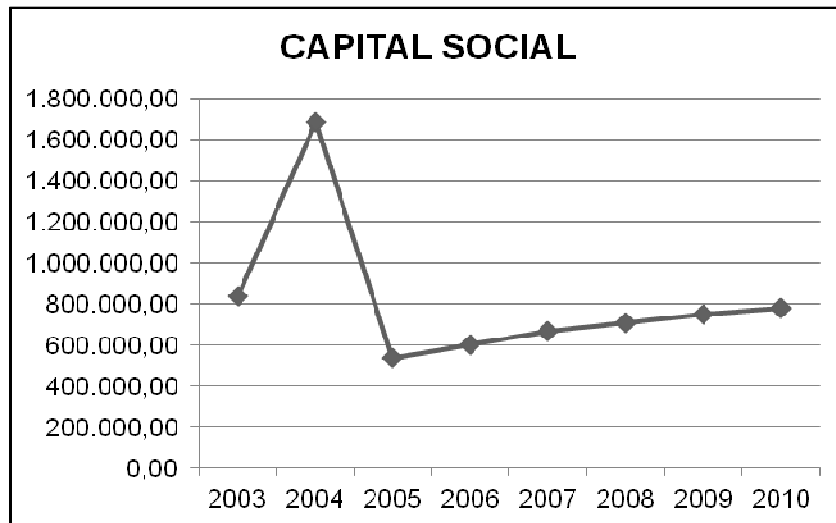


Gráfico 3 – Comportamento do capital social no período de 2003 a 2010
 Fonte: Elaborado a partir dos demonstrativos financeiros da CESMA

As reservas de capital, em 2003, representavam 49% do passivo total; 29% em 2004 e 59% em 2005. Em 2006, passaram a 53% do passivo total e, nos anos seguintes, tiveram decréscimo de participação, sendo 52%, 51% e 49% em 2007, 2008 e 2009 respectivamente. Em 2010, passou a 51% sua participação no passivo total. Em 2004, houve um decréscimo de 36% em relação a 2003. Voltou a aumentar 53% em 2005 e manteve-se decrescente até 2009, crescendo 0,12% em 2010.

As sobras acumuladas, no período, foram diminuindo ao longo do tempo, devido ao aumento nas despesas administrativas da nova sede, como, por exemplo, despesa com auditório para realização do Cineclubes Lanterninha Aurélio, custeado pela CESMA, sendo um projeto cultural aberto a toda comunidade. Em 2003, representavam 2% do passivo total, mantendo-se em 1% entre 2003 e 2004, passando 0,5% em 2006; 0,3% em 2007; 0,2% em 2008; 0,4 em 2009 e 0,2 em 2010. Em relação a 2003 até 2010, houve decréscimo nas sobras acumuladas de 87%.

As receitas da cooperativa, no decorrer do período, mantiveram-se instáveis, conforme entrevista realizada com o gerente da cooperativa. Um fator que colaborou para isso foi o de que a população tem investido menos na compra de livros com o uso da *internet* para as pesquisas e leitura. A variação encontrada foi aumento de 3,04% em 2003 a 2004, e decréscimo de 5,50% em 2005. Aumento de 8,03% em

2006; 4,23% em 2007; 1,73% em 2008 e 5% em 2009. Logo, em 2010, houve decréscimo de 5,82%.

As deduções da receita mantiveram-se constantes, representando 2% da receita bruta nos anos de 2003 até 2006. Cresceram para 3% em 2007 e mantiveram-se assim até 2009, caindo, em 2010, para 2% em relação à receita bruta.

O custo da mercadoria vendida sofreu variações, ainda que a cooperativa realize pesquisas por menores preços em suas compras e também compras em grandes quantidades para alcançar menores custos, conforme relatado pelo gerente. Em 2003, representava 83% da receita bruta, caindo para 80% em 2004, aumentando para 81% em 2005 e mantendo-se 81% em 2006. Em 2007, passou a representar 80%; em 2008, caiu para 78; em 2009, caiu para 76%, mantendo-se assim em 2010. Em relação a 2003 até 2010, houve aumento de 1,82% no custo da mercadoria vendida.

A depreciação, até o ano de 2005, representava menos de 1% no resultado do exercício, mas, a partir de 2006, passou a 3% devido ao aumento do imobilizado com as novas instalações, aos móveis e equipamentos da nova sede, mantendo-se constante até 2010. Com o início da contabilização dos resultados da nova sede, em 2006, houve crescimento significativo de 94,98% na depreciação.

As despesas operacionais aumentaram após 2005, devido à contratação de pessoal, ao aumento nos gastos de energia, de telefone e material de expediente. As despesas tributárias diminuíram, em virtude de a cooperativa vender menos produtos tributáveis, conforme descrito pelo gerente. É possível observar, nos anexos D e E, que as despesas administrativas representavam 2% da receita bruta em 2003 e 4% em 2010. As despesas com encargos sociais representavam 3% da receita bruta em 2003 e 5% em 2010. As despesas tributárias representavam 7% da receita bruta em 2003 e, 1% em 2010. As despesas com pessoal representavam 8% da receita bruta em 2003 e, 13% em 2010. Através do gráfico 4, é possível observar essa variação.

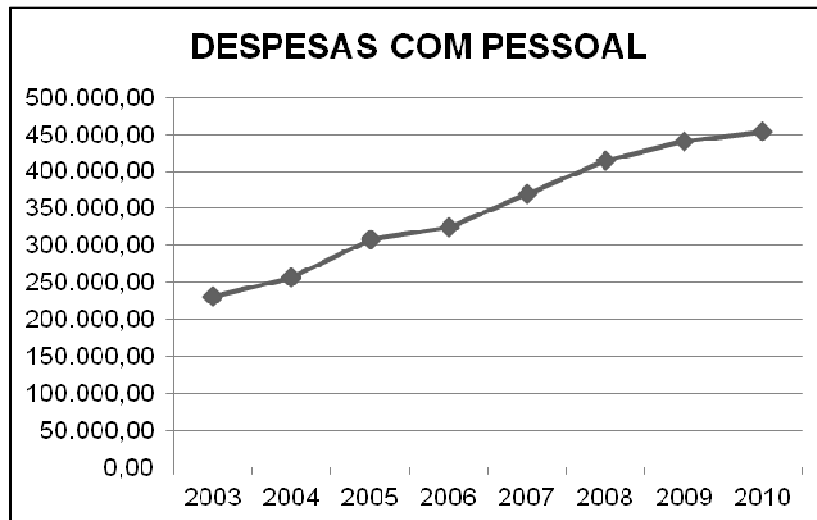


Gráfico 4 – Comportamento das despesas com pessoal no período de 2003 a 2010
 Fonte: Elaborado a partir dos demonstrativos financeiros da CESMA

Os ingressos financeiros representam, entre outras entradas, os juros de mora pagos pelos associados, conforme relatado pelo gerente. Esses ingressos demonstraram queda de quase 70% de 2003 para 2004; em 2005, tiveram aumento de 24%; em 2006, diminuíram 0,62%; em 2007, tiveram queda de 8,6%; em 2008, cresceram 9,1%; em 2009, diminuíram 4% e; em 2010, reduziram 23%.

Os outros ingressos, com associados, que são as entradas referentes à prestação de serviços, mantiveram-se estáveis na maior parte do período avaliado, exceto em 2007, quando chegaram a representar 4% da receita bruta e, em 2009, quando eram de 1%. Nos demais anos, ficaram entre 2% e 3% da receita bruta.

As sobras brutas tiveram crescimento ao longo do período, exceto em 2005 e 2009, quando tiveram uma pequena queda de 10% e 0,79% respectivamente. As sobras operacionais diminuíram, no período, devido ao aumento nas despesas com a manutenção da nova sede e participação em eventos, como a Feira do Livro de Porto Alegre e o Festival de Cinema de Santa Maria; mas em 2009, aumentaram 40% em relação a 2008. As sobras líquidas também se comportaram de modo semelhante às operacionais; diminuíram ao longo do período, devido ao aumento das despesas; mas em 2009, aumentaram 40% em relação a 2008, como se pode observar no gráfico 5.



Gráfico 5 – Comportamento das sobras líquidas no período de 2003 a 2010

Fonte: Elaborado a partir dos demonstrativos financeiros da CESMA

A reserva legal representava 1% da receita bruta em 2003; manteve assim até 2005. Em 2006, passou a representar 0,3% da receita bruta; 0,2% em 2007; 0,1% em 2008; 0,2% em 2009 e 0,1% em 2010.

O FATES e o fundo especial de sobras diminuíram ao longo do período em razão de a cooperativa ter alterado seu estatuto social, determinando percentual menor a ser destinado a estes fundos. Além disso, as sobras, antes da distribuição, também, diminuíram. Conforme o estatuto da CESMA, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 03 de janeiro de 2006, as sobras líquidas passaram a ser distribuídas nas seguintes ordens e proporções:

- a) 10% para o fundo de reserva, a cobertura de perdas verificadas;
- b) 5 % para o FATES, Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social, destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e seus próprios funcionários;
- c) 65% para o Fundo de Apoio Econômico, destinado ao atendimento dos planos de expansão da CESMA e à cobertura de despesas urgentes e não previstas em fundos específicos, não tendo direito a ele nenhum associado;
- d) O restante será devolvido aos associados, mediante solicitação, após 30 dias da aprovação do Balanço Geral pela Assembleia Geral, caso não haja outra deliberação da mesma.

Em 2003, o FATES representava 4% da receita bruta; em 2004, passou a representar 3%; em 2005, caiu para 2%; em 2006, passou a 0,1% e assim manteve-se constante até 2010.

O Fundo especial de sobras representava 3% da receita bruta em 2003; em 2004, passou para 2%, mantendo-se constante até 2006. Em 2007, passou a representar 1% da receita bruta, mantendo-se constante em 2008; passou a 2% em 2009 e caiu para 1% em 2010.

4.3 Análise dos indicadores financeiros

Para análise dos indicadores financeiros, referentes ao período de 2003 até 2010, foram realizados cálculos conforme o anexo F, observação dos demonstrativos dispostos nos anexos A e B e avaliações. Em relação à liquidez, foi utilizada uma liquidez corrente e liquidez seca para verificar a capacidade de pagamento de curto prazo.

Quanto ao nível atividade, foi calculado o prazo médio dos estoques e o giro do ativo para verificar como estava a permanência das mercadorias no estoque e o aumento das vendas em relação ao aumento do ativo.

No endividamento, foi calculado o endividamento geral, a participação do capital de terceiros, composição do endividamento e imobilização do patrimônio líquido, para visualizar como ocorre a utilização dos recursos na gestão de suas atividades.

Quanto à lucratividade, os cálculos realizados foram margem bruta, operacional e líquida, para contemplar o comportamento das sobras em relação aos ingressos com fornecimentos.

Quanto à rentabilidade, foi calculado o retorno do investimento total, a rentabilidade do patrimônio líquido e o grau de alavancagem financeira, para saber o comportamento econômico dos investimentos e do capital investido.

A situação financeira, em relação à liquidez, é boa. A organização sempre conseguiu quitar suas obrigações em dia e manter numerário em caixa. Manteve seus recursos na medida necessária e suficiente para quitar suas dívidas, o que significa que não ficaram ociosos no ativo circulante. Há exceção em relação aos estoques, onde pode haver mercadorias que foram encomendadas e não retiradas,

onerando os estoques, conforme relatado pelo gerente. Percebe-se isto a partir dos indicadores de liquidez seca entre 2006 e 2010, que ficaram próximos a 1,00, após o investimento na nova sede. No tocante à liquidez corrente, os índices são elevados, em função dos estoques também serem altos, correspondendo entre 2008 e 2010 a cerca de 50% do ativo circulante. Isto indica que houve uma decisão da própria organização em trabalhar com estoques mais elevados.

Houve um pequeno aumento no grau de endividamento, comparando-se aos três primeiros anos analisados. Em 2009, os capitais de terceiros chegaram a representar 35% do passivo total. Em outras palavras, aumentou a participação do capital de terceiros na origem dos recursos. No entanto, ainda é possível observar que a maior parte das origens provém de capital próprio.

O perfil do endividamento da cooperativa está baseado totalmente no curto prazo, assim como os prazos para recebimentos. Em nenhum dos períodos, em estudo, houve valores no longo prazo. Em razão da política de crédito e independência financeira, foi determinado que a CESMA não utilizasse empréstimos e nem cheque especial no desempenho de suas atividades, para poder oferecer, segundo a entidade, preços mais competitivos a seus cooperados.

A imobilização atingiu o patamar de 65,9% do patrimônio líquido em 2005, ano em que foi inaugurada a nova sede da CESMA; caiu para 49,2% em 2010, mas continua acima dos índices de 2003 e 2004, quando eram de 26,8% e 43,2%, respectivamente.

O prazo médio de estoques (PME) aumentou de forma progressiva. Em 2003, o estoque se renovava, em média, a cada 114 dias; enquanto que, em 2010, a cada 207 dias. Ou seja, existe uma parcela dos estoques, que podem estar ociosos, haja vista que levam muito tempo para serem renovados. O giro do ativo sofreu pequena queda, mantendo-se estável logo depois. Passou de 0,83, em 2003, para 0,76 em 2010. As vendas aumentaram menos em relação ao crescimento de ativo.

A margem bruta cresceu praticamente em todos os períodos. No entanto, tanto a margem operacional, quanto a margem líquida sofreram efeitos inversos: caíram. Esta passou de 2,2%, no ano de 2003, contra 0,3% em 2010, o que representa uma queda de 86%. De forma semelhante, a margem operacional caiu 88% no mesmo período. Estes resultados são justificados pelo aumento de dispêndios com pessoal (97,15%) e de dispêndios com encargos sociais (94,3%)

entre 2003 e 2010. Além disso, a proporção destes gastos aumentou em relação aos ingressos com fornecimentos, os quais sofreram pequenas variações. Conforme anexo H, a CESMA contava com 12 colaboradores até 2004. A partir do investimento na nova sede, em 2005, esse número passou para 17, mantendo-se igual até 2010. Em 2006, a despesa de depreciação aumentou de R\$ 5.347,25 para R\$ 106.729,49 em decorrência do início da apropriação da depreciação da nova sede. O aumento das despesas foi ocasionado pelo fato de a cooperativa ter que se adequar à nova situação e necessitar utilizar mais recursos para desempenhar suas atividades.

O retorno sobre o investimento total e a rentabilidade do patrimônio líquido apresentou queda ao longo do tempo. O retorno sobre o investimento total passou de 1,9%, em 2003, para 0,2% em 2010, o que representa uma queda de 89%. A rentabilidade do patrimônio líquido passou de 2,5%, em 2003, para 0,3% em 2010, sendo uma queda de 88%. O Grau de alavancagem financeira indica que a cooperativa pode ampliar seu nível de atividade, tomando mais recursos de terceiros. Este passou de 1,34, em 2003, para 1,44 em 2010, caracterizando um aumento de 6,94%.

5 CONCLUSÃO

A partir da análise dos balanços e demonstrativos de resultado, no período de 2003 até 2010, foi possível concluir que, mesmo com a mudança de sede em 2005, seu desempenho econômico- financeiro apresentou pequenas quedas, decorrentes de mudanças realizadas para ampliação dos benefícios para melhor atender aos associados.

Com isso, sua receita de vendas não teve aumento considerável. Em contrapartida, as despesas com pessoal aumentaram quase 100%, durante o período em análise, em razão de a nova sede ser mais ampla e necessitar de mais funcionários.

A CESMA, como as demais, é uma cooperativa que não tem por objetivo auferir lucro. Entretanto, é bastante lógico afirmar que uma entidade, quer possua fins lucrativos ou não, necessita ser competitiva e viável economicamente para atender seu objetivo social. No caso da CESMA, este objetivo é, entre outros, oferecer materiais didáticos a seus associados, com preços menores que os da média do mercado, a locação de DVDs e eventos culturais.

Apesar de seus índices econômicos, financeiros e patrimoniais terem reduzido, existem melhorias na qualidade do serviço e atendimento, as quais não são medidas através desses índices. Com a nova sede, foi possível oferecer um amplo espaço aos associados, maior variedade de mercadorias, locadora de filmes, novos serviços, como cafeteria com acesso livre à rede *wireless*, auditório, exposições de arte, cineclube aberto à comunidade e múltiplas atividades culturais, o que caracteriza a CESMA como um ícone cultural na cidade de Santa Maria.

Ao avaliar as demonstrações financeiras, verificou-se que a entidade possuía resultados mais favoráveis antes da inauguração do novo prédio. No entanto, trata-se de uma entidade sem fins lucrativos, que conseguiu atingir o objetivo de aumentar a qualidade de sua instalações, ter um espaço maior e mais agradável ao público. Ao analisar os indicadores, percebe-se, então, que eles estão de acordo com a finalidade da cooperativa.

Assim, os indicadores de análise econômico-financeira podem ser perfeitamente aplicáveis a uma instituição sem finalidade lucrativa, pois o objetivo destes é mostrar o comportamento e/ou desempenho, cabendo a cada tipo de análise utilizar como significado de bom ou mau desempenho.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços**: um enfoque econômico financeiro. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BERNI, Duilio de Avila (Coord.). **Técnicas de pesquisa em economia**: transformando curiosidade em conhecimento. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRAGA, Roberto. **Fundamentos e técnicas de administração financeira**. São Paulo: ATLAS, 1995.

BRASIL. Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 dez. 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm>. Acesso em: 17 jun. 2011.

_____. Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 dez. 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 09 set. 2011.

_____. Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 dez. 1995. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leis/ant2001/lei924995.htm>>. Acesso em: 28 set. 2011.

_____. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Dispõe sobre atualização do Código Civil Brasileiro. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm>. Acesso em 28 jun. 2011.

_____. Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Dispõe sobre as alterações na lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 dez. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em: 27 out. 2011.

_____. Lei n. 11.941, de 27 de maio de 2009. Dispõe sobre as alterações na lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 mai. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11941.htm>. Acesso em: 30 out. 2011.

CESMA. **A CESMA**. Santa Maria, 2011. Disponível em: <www.cesma.com.br>. Acesso em: 17 jun. 2011.

CESMA, Cooperativa dos Estudantes de Santa Maria. Estatuto Social, Santa Maria: RS, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC n. 750**, de 31 de dezembro de 1993. Princípios Fundamentais de Contabilidade. Disponível em: <

http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=1993/000750>. Acesso em: 23 out. 2011.

_____. **Resolução CFC n. 920**, de 19 de dezembro de 2001. NBC T 10.8 aspectos contábeis Entidades cooperativas. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2001/000920>. Acesso em: 11 out. 2011.

_____. **Resolução CFC n. 1.282**, de 28 de maio de 2010. Atualiza e consolida dispositivos da Resolução CFC 750/93. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2010/001282>. Acesso em: 24 out. 2011.

CRUZ, Carla; RIBEIRO, Uira. **Metodologia científica: teoria e prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Axel Books do Brasil, 2004.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. **Dicionário Aurélio Eletrônico – Séc XXI**. São Paulo: Nova Fronteira, 1999.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Metodologia do ensino superior**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GITMAN, Lawrence Jeffrey. **Princípios de Administração Financeira**. 10. ed. São Paulo: Addison Wesley, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Teoria da Contabilidade**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa em Marketing**. São Paulo: Atlas, 1996.

OLIVEIRA, Nestor Braz de. **Cooperativismo: Guia prático**. Porto Alegre: Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, 1984.

PADOVEZE, Clóvis Luis. **Contabilidade Gerencial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

PAGLIATO, Wagner. **Demonstrações Contábeis - Análise da Gestão Financeira e Gerencial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2009.

PINHO, Diva Benevides (Organizadora). **Bases Operacionais do Cooperativismo**. São Paulo: CNPq, 1982.

RICCIARD, Luiz; LEMOS, Roberto Jenkins. **Cooperativa a Empresa do Século XXI: Como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos**. São Paulo: LTR, 2000.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SÁ, Antônio Lopes. **Contabilidade Geral**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1998.

SINGER. **Economia solidária**: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SINGER, P. (Org.) Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

VELTER, Francisco; MISSAGIA, Luiz Roberto. **Manual de contabilidade**: Teoria e mais de 650 questões. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

_____. **Contabilidade de Custos e Análise das Demonstrações Contábeis**: Teoria e questões comentadas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 1981.

ANEXOS

ANEXO A – Balanços patrimoniais, exercícios 2003 até 2010

CONTAS	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
ATIVO CIRCULANTE	2.879.276,99	2.696.758,98	2.154.655,17	2.444.215,58	2.598.899,79	2.780.462,93	3.060.261,26	2.895.105,14
DISPONIBILIDADES	1.808.670,68	1.533.457,83	1.059.419,19	1.145.554,62	1.275.311,61	1.260.490,62	1.263.369,52	1.001.794,79
CREDITOS REALIZ. DE CURTO PRAZO	272.037,05	306.322,29	152.271,79	137.689,86	90.468,28	183.467,04	264.724,74	417.735,99
ESTOQUES	798.569,26	856.978,86	942.964,19	1.160.971,10	1.233.119,90	1.336.505,27	1.532.167,00	1.475.574,36
ATIVO PERMANENTE	716.559,73	1.230.325,27	1.973.235,39	1.866.895,90	1.770.749,32	1.677.799,35	1.580.575,09	1.499.813,54
INVESTIMENTOS	2.508,84	2.976,84	3.444,84	3.834,84	3.951,84	10.886,56	10.886,56	10.886,56
IMOBILIZADO	206.511,84	198.295,00	1.969.790,55	1.863.061,06	1.766.797,48	1.666.912,79	1.569.688,53	1.488.926,98
DIFERIDO	507.539,05	1.029.053,43	-	-	-	-	-	-
TOTAL DO ATIVO	3.595.836,72	3.927.084,25	4.127.890,56	4.311.111,48	4.369.649,11	4.458.262,28	4.640.836,35	4.394.918,68
PASSIVO CIRCULANTE	926.269,35	1.077.817,48	1.132.475,90	1.393.389,98	1.410.260,76	1.476.682,37	1.621.121,70	1.347.071,38
OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	926.269,35	1.077.817,48	1.132.475,90	1.393.389,98	1.410.260,76	1.476.682,37	1.621.121,70	1.347.071,38
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.669.567,37	2.849.266,77	2.995.414,66	2.917.721,50	2.959.388,35	2.981.579,91	3.019.714,65	3.047.847,30
CAPITAL SOCIAL	836.358,39	1.685.952,76	538.707,40	600.635,21	662.893,72	707.824,68	745.819,66	779.978,51
RESERVAS DE CAPITAL	1.766.093,50	1.121.039,83	2.421.508,84	2.297.269,70	2.285.283,07	2.263.486,36	2.256.651,34	2.259.512,91
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	67.115,48	42.274,18	35.198,42	19.816,59	11.211,56	10.268,87	17.243,65	8.355,88
TOTAL DO PASSIVO	3.595.836,72	3.927.084,25	4.127.890,56	4.311.111,48	4.369.649,11	4.458.262,28	4.640.836,35	4.394.918,68

ANEXO B – Demonstrativos de resultados, exercícios 2003 até 2010

CONTAS	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
INGRESSOS COM FORNECIMENTOS	3.052.092,15	3.145.029,02	2.971.942,36	3.231.443,85	3.374.381,62	3.433.994,28	3.605.919,71	3.395.791,22
(-) DEDUÇÕES DE FORNECIMENTOS	58.111,79	57.076,56	50.351,75	70.411,98	110.816,81	104.263,37	91.302,60	59.699,91
(-) CUSTO DA MERCADORIA FORNECIDA	2.525.371,79	2.526.691,61	2.417.077,53	2.619.925,78	2.706.773,58	2.692.621,39	2.744.635,07	2.572.229,16
(=) SOBRA BRUTA DO EXERCÍCIO	468.608,57	561.260,85	504.513,08	541.106,09	556.791,23	637.109,52	769.982,04	763.862,15
(=) DEPRECIÇÃO	2.682,88	8.216,84	5.347,25	106.729,49	98.549,41	100.928,69	109.815,26	98.724,57
(-) DISPÊNDIOS ADMINISTRATIVOS	51.447,71	50.997,52	97.166,23	107.849,56	122.077,93	111.559,61	119.951,30	143.274,74
(-) DISPÊNDIOS COM PESSOAL	229.757,78	256.297,75	307.318,18	324.426,13	369.752,42	415.204,66	440.507,30	452.956,83
(-) DISPÊNDIOS COM ENCARGOS SOCIAIS	81.393,77	90.148,46	115.144,25	109.316,53	124.928,42	143.100,31	147.041,37	158.151,02
(-) DISPÊNDIOS TRIBUTARIOS	205.258,56	140.438,09	31.732,66	50.731,57	41.272,62	34.391,33	58.709,26	35.712,00
(+) INGRESSOS FINANCEIROS	363.625,48	111.829,83	147.192,41	146.276,61	133.636,12	147.123,18	141.158,43	108.669,74
(+) OUTROS INGRESSOS C/ ASSOCIADOS	73.883,97	84.378,90	80.995,13	104.345,22	122.202,13	72.296,28	51.102,27	58.066,66
SOBRAS/ PERDAS OPERACIONAIS	335.577,32	211.370,92	175.992,05	92.674,64	56.048,68	51.344,38	86.218,25	41.779,39
SOBRA ANTES DA DISTRIBUIÇÃO	335.577,32	211.370,92	175.992,05	92.674,64	56.048,68	51.344,38	86.218,25	41.779,39
RESERVA LEGAL	33.557,73	21.137,09	17.599,20	9.267,46	5.604,87	5.134,44	8.621,83	4.177,94
FATES	134.230,92	84.548,37	70.396,82	4.638,73	2.802,43	2.567,22	4.310,91	2.088,97
FUNDO ESPECIAL DE SOBRAS	100.673,19	63.411,28	52.797,61	60.238,52	36.431,64	33.373,85	56.041,86	27.156,60
SOBRA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO	67.115,48	42.274,18	35.198,42	18.529,93	11.209,74	10.268,87	17.243,65	8.355,88

ANEXO C – Análise Vertical dos balanços patrimoniais dos períodos 2003 até 2010

CONTAS	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%
ATIVO CIRCULANTE	2.879.276,99	80%	2.696.758,98	69%	2.154.655,17	52%	2.444.215,58	57%
DISPONIBILIDADES	1.808.670,68	50%	1.533.457,83	39%	1.059.419,19	26%	1.145.554,62	27%
CREDITOS REALIZ. CURTO PRAZO	272.037,05	8%	306.322,29	8%	152.271,79	4%	137.689,86	3%
ESTOQUES	798.569,26	22%	856.978,86	22%	942.964,19	23%	1.160.971,10	27%
ATIVO PERMANENTE	716.559,73	20%	1.230.325,27	31%	1.973.235,39	48%	1.866.895,90	43%
INVESTIMENTOS	2.508,84	0,1%	2.976,84	0,1%	3.444,84	0,1%	3.834,84	0,1%
IMOBILIZADO	206.511,84	6%	198.295,00	5%	1.969.790,55	48%	1.863.061,06	43%
DIFERIDO	507.539,05	14%	1.029.053,43	26%	-	-	-	-
TOTAL DO ATIVO	3.595.836,72	100%	3.927.084,25	100%	4.127.890,56	100%	4.311.111,48	100%
PASSIVO CIRCULANTE	926.269,35	26%	1.077.817,48	27%	1.132.475,90	27%	1.393.389,98	32%
OBRIGAÇÕES CURTO PRAZO	926.269,35	26%	1.077.817,48	27%	1.132.475,90	27%	1.393.389,98	32%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.669.567,37	74%	2.849.266,77	73%	2.995.414,66	73%	2.917.721,50	68%
CAPITAL SOCIAL	836.358,39	23%	1.685.952,76	43%	538.707,40	13%	600.635,21	14%
RESERVAS DE CAPITAL	1.766.093,50	49%	1.121.039,83	29%	2.421.508,84	59%	2.297.269,70	53%
SOBRAS OU PERDAS ACUM.	67.115,48	2%	42.274,18	1%	35.198,42	1%	19.816,59	0,5%
TOTAL DO PASSIVO	3.595.836,72	100%	3.927.084,25	100%	4.127.890,56	100%	4.311.111,48	100%

CONTAS	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%
ATIVO CIRCULANTE	2.598.899,79	59%	2.780.462,93	62%	3.060.261,26	66%	2.895.105,14	66%
DISPONIBILIDADES	1.275.311,61	29%	1.260.490,62	28%	1.263.369,52	27%	1.001.794,79	23%
CREDITOS REALIZ. CURTO PRAZO	90.468,28	2%	183.467,04	4%	264.724,74	6%	417.735,99	10%
ESTOQUES	1.233.119,90	28%	1.336.505,27	30%	1.532.167,00	33%	1.475.574,36	34%
ATIVO PERMANENTE	1.770.749,32	41%	1.677.799,35	38%	1.580.575,09	34%	1.499.813,54	34%
INVESTIMENTOS	3.951,84	0,1%	10.886,56	0,2%	10.886,56	0,2%	10.886,56	0,2%
IMOBILIZADO	1.766.797,48	40%	1.666.912,79	37%	1.569.688,53	34%	1.488.926,98	34%
DIFERIDO	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DO ATIVO	4.369.649,11	100%	4.458.262,28	100%	4.640.836,35	100%	4.394.918,68	100%
PASSIVO CIRCULANTE	1.410.260,76	32%	1.476.682,37	33%	1.621.121,70	35%	1.347.071,38	31%
OBRIGAÇÕES CURTO PRAZO	1.410.260,76	32%	1.476.682,37	33%	1.621.121,70	35%	1.347.071,38	31%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.959.388,35	68%	2.981.579,91	67%	3.019.714,65	65%	3.047.847,30	69%
CAPITAL SOCIAL	662.893,72	15%	707.824,68	16%	745.819,66	16%	779.978,51	18%
RESERVAS DE CAPITAL	2.285.283,07	52%	2.263.486,36	51%	2.256.651,34	49%	2.259.512,91	51%
SOBRAS OU PERDAS ACUM.	11.211,56	0,3%	10.268,87	0,2%	17.243,65	0,4%	8.355,88	0,2%
TOTAL DO PASSIVO	4.369.649,11	100%	4.458.262,28	100%	4.640.836,35	100%	4.394.918,68	100%

ANEXO D – Análise Vertical dos demonstrativos de resultado dos períodos de 2003 até 2006

CONTAS	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%
INGRESSOS COM FORNECIMENTOS	3.052.092,15	100%	3.145.029,02	100%	2.971.942,36	100%	3.231.443,85	100%
(-) DEDUÇÕES DE FORNECIMENTOS	58.111,79	2%	57.076,56	2%	50.351,75	2%	70.411,98	2%
(-) CUSTO DA MERCAD. FORNECIDA	2.525.371,79	83%	2.526.691,61	80%	2.417.077,53	81%	2.619.925,78	81%
(=) SOBRA BRUTA DO EXERCÍCIO	468.608,57	15%	561.260,85	18%	504.513,08	17%	541.106,09	17%
(-) DEPRECIAÇÃO	2.682,88	0,1%	8.216,84	0,3%	5.347,25	0,2%	106.729,49	3%
(-) DISPÊNDIOS ADMINISTRATIVOS	51.447,71	2%	50.997,52	2%	97.166,23	3%	107.849,56	3%
(-) DISPÊNDIOS COM PESSOAL	229.757,78	8%	256.297,75	8%	307.318,18	10%	324.426,13	10%
(-) DISPÊNDIOS COM ENCARGOS SOCIAIS	81.393,77	3%	90.148,46	3%	115.144,25	4%	109.316,53	3%
(-) DISPÊNDIOS TRIBUTARIOS	205.258,56	7%	140.438,09	4%	31.732,66	1%	50.731,57	2%
(+) INGRESSOS FINANCEIROS	363.625,48	12%	111.829,83	4%	147.192,41	5%	146.276,61	5%
(+) OUTROS INGRESSOS C/ ASSOCIADOS	73.883,97	2%	84.378,90	3%	80.995,13	3%	104.345,22	3%
SOBRAS/ PERDAS OPERACIONAIS	335.577,32	11%	211.370,92	7%	175.992,05	6%	92.674,64	3%
SOBRA ANTES DA DISTRIBUIÇÃO	335.577,32	11%	211.370,92	7%	175.992,05	6%	92.674,64	3%
RESERVA LEGAL	33.557,73	1%	21.137,09	1%	17.599,20	1%	9.267,46	0,3%
FATES	134.230,92	4%	84.548,37	3%	70.396,82	2%	4.638,73	0,1%
FUNDO ESPECIAL DE SOBRAS	100.673,19	3%	63.411,28	2%	52.797,61	2%	60.238,52	2%
SOBRA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO	67.115,48	2%	42.274,18	1%	35.198,42	1%	18.529,93	1%

ANEXO E – Análise Vertical dos demonstrativos de resultado dos períodos de 2007 até 2010

CONTAS	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%
INGRESSOS COM FORNECIMENTOS	3.374.381,62	100%	3.433.994,28	100%	3.605.919,71	100%	3.395.791,22	100%
(-) DEDUÇÕES DE FORNECIMENTOS	110.816,81	3%	104.263,37	3%	91.302,60	3%	59.699,91	2%
(-) CUSTO DA MERCAD. FORNECIDA	2.706.773,58	80%	2.692.621,39	78%	2.744.635,07	76%	2.572.229,16	76%
(=) SOBRA BRUTA DO EXERCÍCIO	556.791,23	17%	637.109,52	19%	769.982,04	21%	763.862,15	22%
(-) DEPRECIACÃO	98.549,41	3%	100.928,69	3%	109.815,26	3%	98.724,57	3%
(-) DISPÊNDIOS ADMINISTRATIVOS	122.077,93	4%	111.559,61	3%	119.951,30	3%	143.274,74	4%
(-) DISPÊNDIOS COM PESSOAL	369.752,42	11%	415.204,66	12%	440.507,30	12%	452.956,83	13%
(-) DISPÊNDIOS COM ENCARGOS SOCIAIS	124.928,42	4%	143.100,31	4%	147.041,37	4%	158.151,02	5%
(-) DISPÊNDIOS TRIBUTARIOS	41.272,62	1%	34.391,33	1%	58.709,26	2%	35.712,00	1%
(+) INGRESSOS FINANCEIROS	133.636,12	4%	147.123,18	4%	141.158,43	4%	108.669,74	3%
(+) OUTROS INGRESSOS C/ ASSOCIADOS	122.202,13	4%	72.296,28	2%	51.102,27	1%	58.066,66	2%
SOBRAS/ PERDAS OPERACIONAIS	56.048,68	2%	51.344,38	1%	86.218,25	2%	41.779,39	1%
SOBRA ANTES DA DISTRIBUIÇÃO	56.048,68	2%	51.344,38	1%	86.218,25	2%	41.779,39	1%
RESERVA LEGAL	5.604,87	0,2%	5.134,44	0,1%	8.621,83	0,2%	4.177,94	0,1%
FATES	2.802,43	0,1%	2.567,22	0,1%	4.310,91	0,1%	2.088,97	0,1%
FUNDO ESPECIAL DE SOBRAS	36.431,64	1%	33.373,85	1%	56.041,86	2%	27.156,60	1%
SOBRA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO	11.209,74	0,3%	10.268,87	0,3%	17.243,65	0,5%	8.355,88	0,2%

ANEXO F – Cálculos dos indicadores, períodos de 2003 até 2010

INDICADORES	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Liquidez corrente	3,11	2,50	1,90	1,75	1,84	1,88	1,89	2,15
Liquidez seca	2,25	1,71	1,07	0,92	0,97	0,98	0,94	1,05
PME (Estoques) (em dias)	114	122	140	160	164	179	201	207
Giro do Ativo (em giros)	0,83	0,79	0,71	0,73	0,75	0,75	0,76	0,76
Endividamento geral	0,26	0,27	0,27	0,32	0,32	0,33	0,35	0,31
Participação do Capital de terceiros	0,35	0,38	0,38	0,48	0,48	0,50	0,54	0,44
Composição do endividamento	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Imobilização do Patrimônio Líquido	0,268	0,432	0,659	0,640	0,598	0,563	0,523	0,492
Margem Bruta	0,157	0,182	0,173	0,171	0,171	0,191	0,219	0,229
Margem Operacional	0,112	0,068	0,060	0,029	0,017	0,015	0,025	0,013
Margem Líquida	0,022	0,014	0,012	0,006	0,003	0,003	0,005	0,003
Retorno do Investimento Total (ROA)	0,019	0,011	0,009	0,004	0,003	0,002	0,004	0,002
Rentabilidade do Patrimônio Líquido (ROE)	0,025	0,015	0,012	0,006	0,004	0,003	0,006	0,003
Grau de Alavancagem Financeira	1,347	1,378	1,378	1,478	1,477	1,495	1,537	1,442

ANEXO G – Número de sócios dos períodos 2003 até 2010

Ano	Número de sócios	Novos sócios	% de novos sócios
2003	31.337	-	-
2004	32.674	1.337	4,3%
2005	33.951	1.277	3,9%
2006	35.333	1.382	4,1%
2007	36.618	1.285	3,6%
2008	37.721	1.103	3,0%
2009	38.625	904	2,4%
2010	39.497	872	2,3%
2011	40.252	755	1,9%

ANEXO H – Número de funcionários dos períodos de 2003 até 2010

Ano	Número de funcionários
2003	12
2004	12
2005	17
2006	17
2007	17
2008	17
2009	17
2010	17